



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 79, DE 2020

(n° 636/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Os méritos do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2020.

Brasília, 20 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 671/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 29 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/10/2020, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2198751** e o código CRC **F378C171** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA*

CPF.: 708.735.347-00

ID.: 14500 MRE

1961 Filho de Irídio Silva e Maria da Penha Albuquerque Silva, nasce em 9 de outubro em Niterói, Rio de Janeiro

Dados Acadêmicos:

1980 Curso da Escola de Formação de Oficiais de Reserva da Marinha - EFORM
1980 Curso de Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985 Graduação em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1987 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
1995 Mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
2007 Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira"

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
1994 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
2015 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988 Divisão de Visitas
1988-93 Divisão da África II, assistente e assessor
1993-96 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro e segundo-secretário
1996-99 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
1999-2002 Divisão de Direitos Humanos, assessor
2002-06 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, primeiro-secretário e conselheiro
2006-08 Embaixada em Santiago, conselheiro e ministro de segunda classe
2008-2012 Divisão de Temas Sociais, chefe
2012-2014 Supremo Tribunal Federal, chefe de gabinete do presidente
2014-2015 Superior Tribunal de Justiça, chefe da assessoria internacional
2015 Ministério da Defesa, chefe de gabinete do Ministro de Estado
2015-2016 Casa Civil da Presidência da República, assessor especial do Ministro de Estado - Assuntos Internacionais
2016-2017 Ministério da Justiça e Cidadania, secretário especial adjunto de Direitos Humanos
2017- Consulado-Geral em Vancouver, cônsul-geral

Obras:

2011 "As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo", Fundação Alexandre de Gusmão, Segunda Edição.
2012 "A Consulta Prévia e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais", Editora Thesaurus e Fundação Alexandre de Gusmão
2013 "O Itamaraty e o Ano Internacional dos Afrodescentes: Um Olhar Sobre o Discurso Externo Acerca da

	Questão Racial", in Igualdade Racial no Brasil, org. Tatiana Silva e Fernanda Goes, Ipea
2015	O Topo da Montanha", Katori Hall, Peça Teatral, Tradução, (prelo).
2017	"Fazenda Brasil Verde: aspectos relevantes da sentença para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo no Brasil". In "Trabalho Escravo: Condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Brasil Verde". Conatrae. Ministério dos Direitos Humanos.
2017	"Política externa e participação social: trajetória e perspectivas", de Vanessa Dolce de Faria. Autor do Prefácio. Brasília. FUNAG. Traduções:
2015	"O Topo da Montanha", Katori Hall, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro FAAP, em São Paulo, com estreia em 9/10/2015, produção/atuação de Lázaro Ramos e Taís Araújo.
2017	"A Verdade", Florian Zeller, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro Maison de France, no Rio de Janeiro, com estreia em 15/03/2019, produção/atuação de Diogo Vilela e direção de Marcus Alvisi.
2019	"Ricardo II", William Shakespeare, peça teatral, tradução (mimeo), a ser montada e dirigida por Marcus Alvisi (2020/2021)
2020	"Comentários Gerais dos Comitês dos Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial", tradução para a língua portuguesa. Coord. André de Carvalho Ramos. Núcleo de Estudos Internacionais. Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Primeira Edição. Autor do Prefácio. USP.

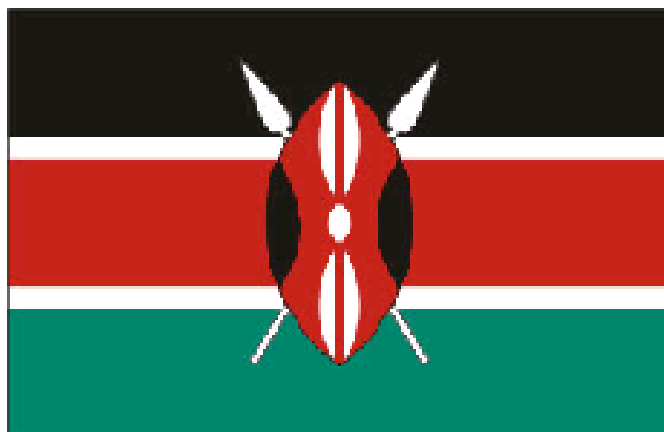
Condecorações

2010	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2015	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2015	Medalha Marechal Cordeiro de Farias, Escola Superior de Guerra
2015	Medalha Santos Dumont, Aeronáutica
2015	Medalha do Pacificador, Exército,
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha
2016	Ordem do Mérito Militar, Exército, Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO QUÊNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE QUÊNIA

NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano, queniana
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	582 650 km²
POPULAÇÃO (CIA, 2018)	48 397 527 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suaíli
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (protestantes 47,7%, católicos 23,5%); Muçulmanos 11,2%; Tradicionais 1,7%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado com 67 assentos em mandatos de 5 anos, e Assembleia Nacional com 349 assentos em mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Uhuru Kenyatta (desde 2013)
CHANCELER	Raychelle Omamo (desde janeiro de 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US\$ 98,61 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US\$ 191,26 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2019)	5,6% (2019); 6,0% (2018); 4,8% (2017); 5,8% (2016); 5,7% (2015);
PIB PER CAPITA (FMI, 2019)	US\$ 2 000,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2019)	US\$ 3 870,00
IDH (PNUD, 2018)	0,579 (147º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	66,3 anos (PNUD, 2018)
ALFABETIZAÇÃO	78% (CIA, 2019)
DESEMPREGO	9,3% (PNUD, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano (USD 1 = KES 101,07)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Isaac John Ochieng (encarregado de negócios, desde 2016)
EMBAIXADOR EM NAIRÓBI	Fernando E. Lins de S. Coimbra (desde 2018)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – FONTE: MDIC									
BRASIL → QUÊNIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-ago)
Intercâmbio	290,6	243,7	57,8	62,4	59,5	170,9	77,3	58,2	30,1
Exportações	289,3	242,3	56,0	60,6	58,9	169,5	75,7	56,9	29,4
Importações	1,4	1,3	1,8	1,8	0,6	1,3	1,6	1,3	0,7
Saldo	287,9	241,0	54,2	58,8	58,3	74,1	122,5	55,6	28

APRESENTAÇÃO

A República do Quênia está localizada na África Oriental, limitada ao norte pelo Sudão do Sul e pela Etiópia, ao leste pela Somália e pelo Oceano Índico, ao sul pela Tanzânia e ao oeste por Uganda. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve independência em 1963, quando se tornou membro da *Commonwealth*. No ano seguinte, foi constituída a República do Quênia. A população queniana é estimada em mais de 48 milhões de habitantes.

País estável politicamente, o Quênia registrou importantes conquistas democráticas nos últimos anos, como a aprovação de nova Constituição, em 2010, e a realização de eleições gerais, em 2013 e 2017, ambas vencidas por Uhuru Kenyatta. O país possui, também, a maior economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos dez anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Além disso, o Quênia concentra, em seu território, as principais infraestruturas de transportes da região, essenciais ao escoamento da produção de países menores, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, por não terem acesso ao mar.

No plano político, o Quênia constitui ator importante para a promoção da paz e da segurança regionais, com atuação na Somália e no Sudão do Sul e participação ativa nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional do Chifre da África. No plano multilateral, Nairóbi projeta-se, ao lado de Adis Abeba, como importante polo diplomático no continente africano. O país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), além de abrigar importantes escritórios regionais das agências ligadas ao sistema das Nações Unidas. Em dezembro de 2015, o Quênia sediou a décima conferência ministerial da OMC, primeira reunião ministerial daquela organização no continente africano. O Quênia desempenha, ainda, importante papel na União Africana (UA).

PERFIS BIOGRÁFICOS

UHURU KENYATTA

Presidente da República



Uhuru Muigai Kenyatta nasceu em 26 de outubro de 1961. É filho de Jomo Kenyatta, o primeiro presidente da República do Quênia, e de sua quarta esposa, Ngina Kenyatta. Estudou Economia, Ciências Políticas e Estudos Governamentais na faculdade Amherst, nos Estados Unidos. Depois de formar-se, retornou ao Quênia, onde fundou a empresa agrícola Wilham Kenya Limited. Em 2001, foi nomeado pelo então presidente Daniel Arap Moi para ocupar assento no Parlamento. Posteriormente, exerceu cargo de ministro de Governos Locais, durante o mandato do ex-presidente Moi. Com o apoio de Moi, candidatou-se à Presidência em 2002. Foi derrotado por Mwai Kibaki e tornou-se líder da oposição no Parlamento.

Em 2007, apoiou Kibaki em sua reeleição, e tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, em 2008. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 2009 e 2012, mas entregou o cargo em 2007. Foi eleito presidente da República do Quênia nas eleições de 2013 e reeleito em 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Quênia estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência daquele país, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974. A partir da década de 2000, as relações com o Quênia tomaram impulso renovado. Em 2005, o então ministro Celso Amorim realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro a Nairóbi em mais de 30 anos. Naquele mesmo ano, realizou-se a I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, e, no ano seguinte, o Quênia abriu Embaixada residente no Brasil. Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

A jurisdição da embaixada do Brasil em Nairóbi inclui ainda o Burundi, Ruanda, Somália e Uganda. Nesse sentido, o Quênia é parceiro-chave para a consolidação da presença diplomática brasileira na região dos Grandes Lagos, onde se situam, entre outros, Burundi, Ruanda e Uganda, uma das últimas fronteiras da política externa brasileira no continente africano.

A visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi, em julho de 2010, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao Quênia, imprimiu dinamismo ao relacionamento bilateral. Como resultados da visita, observaram-se o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial, que passou a incluir bens de alto valor agregado (máquinas agrícolas e aeronaves). A cooperação entre os dois países igualmente diversificou-se, abrangendo domínios importantes para o desenvolvimento queniano, como agricultura, educação, saúde e meio ambiente.

Apesar do bom momento por que tem passado o relacionamento nos últimos dez anos, há espaço para a ampliação da presença brasileira no Quênia. Desde que assumiu a Presidência, em abril de 2013, o presidente Uhuru Kenyatta tem concedido especial atenção ao relacionamento com grandes países emergentes, vistos como parceiros importantes para o desenvolvimento do país africano.

Há especial interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícola e de infraestrutura. Por sua vez, o setor empresarial brasileiro tem manifestado interesse por setores do mercado queniano como o de equipamentos agrícolas e o de informática (fabricação

de placas-mãe e outros componentes).

Em maio de 2013, em encontro mantido à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana, em Adis Abeba, a então presidente Dilma Rousseff formulou convite para a visita do presidente Uhuru Kenyatta ao Brasil. Dificuldades de agenda impediram que a visita se realizasse. Em agosto de 2016, o vice-presidente do Quênia, William Ruto, visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em abril de 2018, foi realizada Reunião de Consultas Políticas em Nairóbi, por ocasião da visita do então Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, que manteve encontro com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Macharia Kamau. Menos de dois meses depois, em junho de 2018, o Secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, Embaixador Tom Amolo, visitou Brasília para dar seguimento aos temas tratados durante as consultas políticas, em claro sinal de interesse queniano em conferir novo impulso às relações bilaterais. Como resultado dessas iniciativas, foram observados avanços no relacionamento, como a participação de diplomata queniano em cursos do Instituto Rio Branco, durante o ano letivo de 2019, e o recebimento de reação queniana à proposta brasileira de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), apresentada em 2015.

Em 25 de julho de 2019, a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, visitou o Quênia, quando discutiu cooperação e apoio técnico às iniciativas do Ministério Público brasileiro em matéria ambiental, especificamente no que se refere à proteção das nascentes de água e à poluição dos oceanos por plásticos. Em Nairóbi, reuniu-se com as Diretoras-Executivas do PNUMA e do UN-Habitat, bem como com o Diretor do Ministério Público queniano. Em retribuição, este último, atendendo a convite da PGR brasileira, visitou o Brasil entre 9 e 13 de setembro, acompanhado de delegação. As procuradorias dos países iniciaram negociações para o estabelecimento de cooperação interinstitucional na área de combate à corrupção.

Missão parlamentar queniana visitou o Brasil entre 5 e 12 de outubro de 2019, com objetivo de conhecer a experiência brasileira em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico e combate à corrupção. A delegação dirigiu-se, primeiramente, a Minas Gerais, onde se reuniu com o Corpo de Bombeiros da cidade de Brumadinho e com autoridades estaduais em Belo Horizonte.

Em Brasília, visitaram o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). No Senado Federal, mantiveram reuniões com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e com a Comissão de Direitos Humanos (CDH); na Câmara dos Deputados, com a Comissão Temporária sobre Brumadinho e com o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Quênia. Além disso, visitaram o TSE, para conhecer melhor os procedimentos eleitorais brasileiros, bem como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCCLA).

Em março de 2020, nova missão parlamentar queniana realizou visita ao Brasil, desta vez interessada em temas agrícolas. A missão do Quênia foi chefiada pelo senador Njeru Ndwiga, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Senado queniano e ex-ministro do Desenvolvimento das Cooperativas no governo Kibaki (2006-2007). O objetivo da visita foi conhecer aspectos regulatórios e econômicos do setor agropecuário no Brasil, bem como políticas públicas e tecnologias do setor que eventualmente possam ser replicadas pelos condados no Quênia. Os senadores quenianos mantiveram encontros na Câmara dos Deputados (Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Quênia) e no Senado Federal (Comissões de Relações Exteriores e de Agricultura).

Cooperação bilateral

O histórico do programa de cooperação com o Quênia remonta à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 1973. Nos últimos anos, os projetos bilaterais de cooperação técnica têm privilegiado a promoção do desenvolvimento, com foco nas áreas de saúde, segurança alimentar, educação, meio ambiente e, sobretudo, agricultura. Outras atividades de cooperação incluíram áreas como esporte, meio ambiente, eleições, energia e capacitação de militares.

Os projetos de cooperação técnica atualmente em execução contemplam a área de agricultura. O Projeto “Cotton-Victoria” tem por objetivo o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental. Esse projeto de cooperação, além do Quênia, beneficia também o Burundi e a Tanzânia. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o “Cotton Victoria” integra esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão no financiamento de iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras no cultivo do algodão a países da

África tradicionalmente produtores dessa cultura. Em complementaridade ao “Cotton-Victoria” está sendo desenvolvido o projeto “Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias”, cujo objetivo é apoiar pequenos produtores de algodão e instituições públicas no escoamento da produção dos subprodutos do algodão (óleo, torta, etc.) e de produtos advindos da produção consorciada de algodão (milho, sorgo, feijão etc.), com vistas a contribuir para o aumento de renda dos pequenos produtores e para sua segurança alimentar e nutricional. Trata-se de um projeto trilateral envolvendo o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), realizado em parceria com o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Por fim, o projeto bilateral “Apoio ao aumento da produção e do consumo doméstico de mandioca” visa ao desenvolvimento da cultura da mandioca no Quênia e é executado em parceria com o Fundação Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR).

Em maio de 2018, foi lançada estratégia nacional para alimentação escolar do Quênia 2017-2022, como resultado de projeto de cooperação com o Centro de Excelência do PMA. Há interesse queniano em estreitar a cooperação com o Brasil na área do desenvolvimento social, tendo em vista o caráter prioritário de temas como segurança alimentar e acesso a saúde pública e moradia na "Big 4 Agenda" do governo queniano.

Quanto à cooperação educacional, o Quênia está entre os principais beneficiados no continente africano do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento. Mais de oitenta estudantes quenianos já participaram do programa.

Em 2019, diplomata queniano participou de curso de formação no Instituto Rio Branco, primeira iniciativa de cooperação entre as Academias Diplomáticas dos dois países.

Ajuda humanitária

Em 2012, o Brasil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), doou 10 mil toneladas de mantimentos ao Quênia, destinadas a refugiados abrigados em campos de acolhimento naquele país.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia apresentou crescimento exponencial nos últimos anos, tendo passado de US\$ 9 milhões, em 2000, para o recorde de US\$ 290 milhões, em 2012. A pauta de exportações brasileiras ao país tem sido caracterizada pela presença significativa de produtos de alto valor agregado, como aeronaves, motores e máquinas agrícolas. Em 2011, a Kenyan Airways tornou-se uma das principais clientes da Embraer na África, ao adquirir 15 aeronaves E-Jet. Nos três anos seguintes, por conta das vendas de aeronaves, as exportações brasileiras mantiveram-se em torno de US\$ 250 milhões. Após expressiva queda no intercâmbio comercial entre 2014 e 2016, registrou-se crescimento em 2017 (65,3%, em relação ao ano anterior), seguido, porém, de nova e expressiva queda, de 54,7% em 2018 (MDIC). Em 2019, registrou-se nova diminuição da corrente de comércio, da ordem de 24,3%.

O amplo potencial das relações econômico-comerciais entre Brasil e Quênia permanece subexplorado. Em 2018, o Quênia foi o 15º principal destino das exportações brasileiras para a África (US\$ 75,66 milhões). Os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em 2019, foram máquinas mecânicas (31,4%), automóveis (18%), papel e cartão (8,3%), plásticos (6,4%) e máquinas elétricas (5%). No mesmo período, os cinco principais grupos de produtos importados do Quênia foram preparações alimentícias (30%), máquinas mecânicas (13,1%), vestuário de malha (10,8%), produtos de origem animal (10%) e extratos tanantes e tintoriais (8,5%).

O país africano oferece grandes oportunidades para a redinamização do comércio e dos investimentos bilaterais, voltados tanto para o mercado queniano como para o de outros países da África Oriental. O grupo Positivo-BGH forneceu *laptops* a escolas públicas quenianas, bem como equipamentos e *software* para realização do Censo de 2019. Atualmente, a *joint-venture* brasileiro-argentina está em fase final de negociação para instalar fábrica de “placas-mãe” no país e de transferir sua sede regional de Ruanda para o Quênia. Desde 2015, o grupo opera unidade de produção em Ruanda, de onde vem realizando suas exportações para o Quênia. Há também a perspectiva de participação de empresas brasileiras na área de infraestrutura em obras viárias e de saneamento em Nairóbi.

O Quênia constitui importante destino para máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros. Os equipamentos agrícolas brasileiros são sinônimo de produtos de qualidade, ocupando esse nicho no mercado queniano.

Outros setores com potencial de ampliação de exportações brasileiras são: equipamentos médicos e produtos farmacêuticos, alimentos (frango, açúcar, soja), turismo, infraestrutura, defesa, cosméticos, têxteis, máquinas industriais, mineração e tecnologia da informação.

Produtos de empresas com capital brasileiro têm presença no mercado queniano, com destaque para as áreas de veículos pesados, facas, talheres, ferramentas agrícolas e de jardinagem, café solúvel, biscoitos e máquinas e implementos agrícolas. Há também empresas de propriedade de brasileiros com atuação no Quênia.

O projeto do presidente queniano, chamado de “Big 4 Agenda”, com pilares em áreas em que o Brasil apresenta excelência (como segurança alimentar e moradia), abre potencial para o estabelecimento de novas áreas de cooperação e de participação de empresas brasileiras. O programa econômico do segundo mandato do presidente Kenyatta (2017-2022) dará ênfase ao fomento da atividade manufatureira, à implementação de programa de moradia de baixo custo, ao fortalecimento da segurança alimentar do Quênia e à universalização do acesso de saúde pública.

Temas consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Nairóbi presta o apoio necessário à comunidade brasileira no Quênia e nos outros países da jurisdição do posto (Burundi, Ruanda, Uganda e Somália), estimada em cerca de 300 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1963, o Quênia tem-se distinguido por sua estabilidade. Até o início da década de 2000, esteve no poder coalizão formada por Jomo Kenyatta, primeiro presidente do país (1964-1978). Kenyatta foi substituído por seu vice-presidente, Daniel Arap Moi, que governou o país entre 1978 e 2002.

Primeiro candidato da oposição a triunfar em um pleito presidencial desde a independência queniana, Mwai Kibaki expressou em sua campanha eleitoral, em 2002, compromisso com a realização de reforma constitucional. Kibaki foi reeleito em 2007 e formou governo de coalizão

em 2008, tendo Raila Odinga como primeiro-ministro. Em 2010, adotou-se, após referendo, nova constituição. Em 2013, o cargo de primeiro-ministro foi extinto.

Filho de Jomo Kenyatta, Uhuru Kenyatta foi eleito em 2013 como o quarto presidente do Quênia. Durante seu governo, o grupo extremista somali Al-Shabab realizou atentados terroristas de grandes proporções no país, em retaliação pelo envolvimento de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Tema prioritário do atual governo, a promoção de uma “agenda de desenvolvimento” resultou, nos últimos anos, na construção de estradas e de escolas, bem como na expansão da rede elétrica pelo território, além da construção, em estágio avançado, da nova ferrovia de bitola padrão, entre Mombaça e Nairóbi.

Eleições gerais de 2017

Em 2017 foram realizadas eleições gerais no país. O processo eleitoral, que conduziu à reeleição do presidente Kenyatta, transcorreu de modo pacífico. Após apresentação de recurso pelo principal candidato da oposição, Raila Odinga, a Suprema Corte anulou os resultados das eleições presidenciais ocorridas em 8 de agosto de 2017 e determinou a realização de novas eleições para presidente em um prazo de 60 dias. Após a realização de novo pleito, em 26 de outubro de 2017, a reeleição de Kenyatta foi confirmada por 54% dos votos e validada pela Suprema Corte. Em 9 de março de 2018, o presidente Uhuru Kenyatta e o líder opositorista Raila Odinga mantiveram encontro de reconciliação (chamado pelos meios de imprensa locais de *handshake*), em que se comprometeram a trabalhar pela unificação do país.

Publicou-se documento intitulado *Building bridges to a new Kenyan nation*, que aponta áreas que demandarão enfoque específico, como inclusividade, descentralização administrativa (*devolution*), segurança, prosperidade compartilhada e direitos e responsabilidades. O projeto que derivou do referido texto passou a ser conhecido como a *Building Bridges Initiative (BBI)*.

A “Big 4 Agenda” constitui o principal programa de governo do segundo mandato Kenyatta. São previstas metas a serem concretizadas em cinco anos, como a universalização do acesso à saúde pública, a expansão do setor manufatureiro para 15% do PIB, a implementação de programa de

acesso à moradia de baixo custo para 500 mil novos proprietários e o fortalecimento da segurança alimentar. Além disso, a administração do segundo governo Kenyatta tem enfatizado que será dada continuidade aos investimentos em grandes obras de infraestrutura, bem como será ampliada a descentralização administrativa (*devolution*) iniciada em 2010.

O combate à corrupção também se tornou uma das prioridades do governo Kenyatta desde 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa queniana tem sido tradicionalmente orientada pelos interesses geopolíticos do país em seu entorno regional, pela atração de investimentos e pela integração regional.

No âmbito regional, a situação na Somália é de interesse prioritário para o Quênia, em função de contingente expressivo de nacionais quenianos etnicamente somalis, do fluxo de refugiados somalianos e da ação de grupos extremistas somalianos em território queniano. Ataques terroristas no Quênia, em 2011, levaram o país a agir militarmente na Somália, para combater o Al-Shabaab. No ano seguinte, as tropas quenianas no país vizinho foram integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Em 2012, sob liderança queniana, tropas da AMISOM e do Exército somaliano entraram na cidade portuária de Kismayo, uma das principais bases do grupo extremista somaliano Al-Shabaab. Em represália, o grupo intensificou os ataques terroristas em território queniano a partir de 2013, com destaque para o atentado ao centro comercial Westgate, em Nairóbi, em setembro de 2013, que vitimou 67 pessoas, e o ataque à Universidade de Garissa, em março de 2015, com 147 vítimas.

O Quênia também teve envolvimento ativo na mediação do conflito civil no Sudão do Sul, por meio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional que congrega, além do Quênia, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. O engajamento queniano na região remonta ainda ao período da Segunda Guerra Civil Sudanesa. Nairóbi, juntamente com outros parceiros da IGAD, mediou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim ao conflito entre o norte e o sul do Sudão e abriu caminho para a criação do

Sudão do Sul, em 2011.

Quanto à integração regional, o Quênia participa, juntamente com Burundi, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, uma vez que cerca de 23% das exportações quenianas são destinadas aos países do bloco. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010, mas há grande número de exceções à tarifa comum e à livre circulação de bens. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

Para além de sua atuação regional, o Quênia mantém, tradicionalmente, boas relações com as principais potências ocidentais. O combate ao terrorismo tem sido importante vertente do relacionamento com os Estados Unidos, parceiro no treinamento de militares quenianos e no fornecimento de equipamentos de defesa ao país. Em julho de 2015, o Presidente Barack Obama, filho de queniano, realizou histórica visita ao Quênia. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado norte-americano ao país. Além das boas relações com os EUA, destaca-se, ademais, o relacionamento com o Reino Unido, antiga potência colonial.

Desde o início da década de 2000, o Quênia tem buscado ampliar suas parcerias com grandes países emergentes, em especial China e Índia. Os dois países constituem, atualmente, os principais parceiros comerciais quenianos. A China projeta-se, ademais, como a principal origem de investimento estrangeiro no Quênia.

O Quênia também tem procurado posicionar-se como plataforma para atração de investimentos para o continente e logrou sediar grandes conferências internacionais, como a 10ª Ministerial da OMC, a 14ª UNCTAD, a VI Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (VI TICAD) e a terceira edição da Cúpula “One Planet”. Desde 2015, o país também recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, entre as quais a do Papa Francisco e de chefes de Estado e de governo dos EUA, Índia, Turquia, Israel, África do Sul, Coreia do Sul, Japão (este, à margem da VI TICAD) e da França (à margem da Cúpula “One Planet”).

O Quênia logrou alcançar um de seus principais objetivos recentes de

política externa, qual seja, o de garantir a eleição do país a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o mandato 2021-2022.

Em julho de 2020, o Quênia anunciou a candidatura da ex-chanceler Amina Mohamed ao cargo de diretor-geral da OMC, em substituição ao embaixador Roberto Azevêdo.

ECONOMIA

O Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Outros países menores da região dos Grandes Lagos (sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda) têm suas principais infraestruturas de transportes ligadas ao Quênia e, por não terem acesso ao mar, escoam a maior parte de suas exportações por portos quenianos.

A economia queniana tem apresentado rápida expansão. Apesar da conjuntura econômica desfavorável no plano internacional, o Quênia apresentou média anual de crescimento do PIB de cerca de 5,5% nos últimos 8 anos. Em 2019, o crescimento do PIB foi de 5,6%.

Nos últimos anos, o Quênia tem passado por acelerado processo de urbanização. O setor agrícola, embora represente 34,2% do PIB, emprega ainda cerca de 70% da mão de obra. Há, contudo, uma crescente classe média urbana atuando no setor industrial (16,4% do PIB), bem como no de serviços (42,7% do PIB). O setor de serviços tem puxado o crescimento econômico do país. As áreas de atividade econômica que têm apresentado maior dinamismo são: turismo, informação e comunicação, e administração pública.

O governo queniano tem adotado política fiscal expansionista, aumentando cargos no serviço público e ampliando investimentos na infraestrutura de energia e transportes. As contas públicas, tradicionalmente deficitárias, mantiveram-se, em média, na faixa de 45,8% do PIB entre 2010 e 2015, resultando em uma taxa de inflação significativa, da ordem de 7,8%. A partir de 2016, contudo, o déficit público iniciou tendência de alta, . Naquele ano, o déficit avançou para 54,5% do PIB, ao passo que a inflação caiu para cerca de 6%. Em 2017, o déficit se manteve estável, em 55,18 do PIB. Em 2018, surgiu novo aumento significativo, com o déficit

alcançando 60,15% do PIB, enquanto a inflação caiu para 4,7%.

No setor externo, em 2018, as exportações somaram US\$ 6,1 bilhões, mantendo-se estáveis em relação às importações, de US\$ 17,4 bilhões. O déficit em transações correntes, de mais de US\$ 11 bilhões, representa cerca de 13% do PIB.

Nos últimos anos, os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Uganda (10,1%); Paquistão (9,7%); Estados Unidos (7,7%); Países Baixos (7,6%); e Reino Unido (6,6%). As principais origens das importações do Quênia foram: China (21,1%); Índia (10,5%); Arábia Saudita (9,8%); EAU (8,4%); e Japão (5,7%).

Em 2010, em razão da venda de aeronaves da Embraer para o Quênia, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 121 milhões. Nos três anos seguintes, pela mesma razão, mantiveram-se em torno de US\$ 250 milhões. De 2014 a 2016, o intercâmbio comercial flutuou em torno da média anual de US\$ 60 milhões. O comércio entre os países atingiu outro pico em 2017, ao somar US\$ 170 milhões, mas, em 2018, teve queda significativa, para US\$ 77 milhões. Em 2019, o Brasil vendeu algo na faixa de US\$ 57,1 milhões, sobretudo em função da exportação de máquinas mecânicas (31,4%), automóveis (18%), papel (8,3%) e plástico (6,4%). O Quênia constitui importante destino para máquinas e equipamentos agrícolas no mercado africano.

A pauta de importações brasileiras originárias do Quênia se concentra em produtos primários. Em 2019, o Quênia vendeu ao Brasil o equivalente a US\$ 1,3 milhão, concentrados em preparações alimentícias (30%), máquinas mecânicas (13,1%), vestuário de malha (10,8%) produtos de origem animal (10%) e extratos para produção de tintas (8,5%). Empresa de origem brasileira, mas domiciliada no Quênia, organiza, a cada dois anos, a feira *Brazil in Eastern Africa Expo*.

Com vistas a fazer frente aos déficits fiscal e em transações correntes, o governo queniano tem aumentado seu endividamento doméstico e externo. Em março de 2016, o país obteve US\$ 1,5 bilhão em promessa de financiamento por parte do FMI (“stand-by arrangement”), que aliviou pressões mais imediatas por mudanças na política macroeconômica. No entanto, em meados de 2017, o referido acordo expirou antecipadamente, porque o Quênia não teria cumprido as metas acordadas com o FMI. Em setembro de 2018, com vistas a alcançar essas metas, o Presidente Kenyatta anunciou aumento de impostos sobre produtos derivados de petróleo,

medida que trouxe reflexos para os preços de produtos e serviços básicos e, de acordo com certos observadores, penalizaria a população mais pobre do país. Segundo relatório da agência Moody's, no ano fiscal 2017-2018, 19% das receitas do governo estiveram comprometidas com o pagamento de juros da dívida. Em comparação, no período 2012- 2013, essa cifra era de 13,7%.

O Quênia tem atraído importante fluxo de investimentos privados, principalmente oriundos da China. Segundo relatórios do Banco Mundial, o Quênia possui um dos cinco melhores ambientes de negócios na África Subsaariana, resultado de reformas governamentais para facilitação da entrada e saída de capitais.

No contexto da pandemia do novo coronavírus, de acordo com o Banco Mundial, o PIB do Quênia deverá crescer apenas 1% em 2020, bem aquém da média de crescimento anual em torno de 5% observada nos últimos anos (em 2019, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,4%). Apesar da queda no crescimento econômico, estima-se que o índice de pobreza apresente pequeno declínio (de 33,4% para 33,1%). No último trimestre do ano fiscal 2019-2020, observou-se queda de US\$ 658 milhões nas receitas, em comparação com o ano anterior, como resultado do declínio das importações, diminuição dos gastos familiares, redução de negócios e declínio nas atividades de aviação e turismo. A diminuição da arrecadação, aliada ao aumento dos gastos públicos, aponta para um déficit de US\$ 7,9 bilhões no ano fiscal 2020-2021.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1963	Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).
1964	É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga
1966	Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).
1974	Kenyatta é reeleito.
1978	Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.
Dez/1991	Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.
Ago/1992	FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).
Dez/1992	Moi é reeleito em eleições multipartidárias.
1995	Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.
1997	Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.
Dez/1997	Moi vence eleições em pleito contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.

Ago/1998	Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares.
Nov/2002	Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-Qaeda reivindica autoria do ataque.
Dez/2002	Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.
Out/2004	Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.
Jul/2005	Parlamento aprova projeto de Constituição.
Nov-Dez/2005	Nova Constituição é rejeitada em referendo.
Abr/2006	Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.
Fev/2008	Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.
Abr/2008	Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.
Jul/2010	Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).
Ago/2010	Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.
Jun-Set/2011	África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.
2012	São descobertas importantes reservas de petróleo e

	gás natural no país.
Jun/2012	Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).
Abr/2013	A chapa encabeçada por Uhuru Kenyatta vence, ainda no primeiro turno, as eleições gerais de 2013, transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular.
Set/2013	Atentado terrorista reivindicado pelo grupo Al-Shabaab, no centro comercial "Westgate", em Nairóbi, deixa 67 mortos.
2014	Atentados terroristas na cidade costeira de Lamu, em Mobaça e em Mandera, atribuídos ao grupo Al Shabaab como retaliação à presença de tropas quenianas na Somália, deixam dezenas de mortos e geram protestos pelo país.
Abr/2015	O grupo terrorista Al-Shabaab realiza atentado na Universidade de Garissa, no nordeste do país, matando 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998
Nov/2015	Kenyatta anuncia reforma ministerial e diversas medidas de combate à corrupção.
Mar/2016	São realizadas eleições parciais para o Senado em dois condados, em que a coalizão governista obtém importante vitória na costa do país.
Mai- Ago/ 2016	Com a proximidade das eleições gerais de agosto de 2017, ocorrem protestos contra a direção da Comissão Eleitoral, encabeçados pelo líder opositor Raila Odinga.
Set/2016	É criado o partido "Jubilee", em substituição aos partidos que formavam a base da coalizão governista, em especial, o TNA de Kenyatta e o URP, de William Ruto.

Fev/ 2017	É lançada nova coalizão oposicionista "National Super Alliance"- NASA, que reúne quatro das principais lideranças de oposição do país: Raila Odinga (<i>Orange Democratic Movement</i>); Musalia Mudavadi (<i>Amani National Congress</i>); Kalonzo Musyoka (<i>Wiper</i>) e Moses Wetangula (<i>Ford Kenya</i>).
Abr/2017	Nas primárias partidárias, Raila Odinga e Kalonzo Musyoka são escolhidos para concorrer à Presidência e à Vice-Presidência, respectivamente, pela coalizão oposicionista "National Super Alliance".
Out/2017	Reeleição de Kenyatta.
Mar/2018	Reconciliação entre Kenyatta e Odinga ("handshake"). Anúncio da "Building Bridges Initiative" (BBI).
Jun/2020	Quênia eleito para o CSNU, mandato 2021-22.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1964	Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia
1967	Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.
1973	Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.
1974	Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.
1975	Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.
1992	Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
1995	Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.

2001	Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.
2005	Viagem do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao Quênia.
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
2005	Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
2005	Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
2006	Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
2006	Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
2007	Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
2008	II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ocasião em que são assinados atos nas áreas de saúde, meio ambiente e vistos.
Ago/2008	Ministra queniana da área social participa de evento do Ministério do Desenvolvimento Social no Brasil.
Set/2009	Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.
Mar/2010	Visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seletor sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.
Mai/2010	Visitas do "Kenya Sugar Board" e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia
Jul/2010	Viagem do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.
Set/2010	Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.

Out/2011	Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.
Mai/2012	Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.
Jun/2012	Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.
Mai/2013	A então Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o Presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
Dez/2015	Viagem do então Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a Nairóbi para participação na X Conferência Ministerial da OMC.
Ago/2016	O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
Abr/2018	Reunião de Consultas Políticas em Nairóbi.
Jun/2018	Visita a Brasília do Embaixador Tom Amolo, Secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos. II Reunião de Consultas Políticas.
Jul/2019	Visita da então PGR Raquel Dodge a Nairóbi. Encontros com o Diretor do Ministério Público queniano e com as Diretoras-Executivas do PNUMA e do UN-Habitat.
Set/2019	Visita do Diretor do MP queniano à então PGR Raquel Dodge, em retribuição.
Out/2019	Visita de delegação parlamentar queniana
Mar/2020	Visita de delegação parlamentar queniana

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor

Emendas ao ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"	17/03/2009	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em ratificação
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Tramitação no Congresso Nacional
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE RUANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE RUANDA	
NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (CIA – 2020)	12,712 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; Inglês; Francês; Suaíli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (93,4%); muçulmanos (1,8%); religiões tradicionais (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Edouard Ngirente (desde 2017)
CHANCELER	Vincent Biruta (desde 2019)
PIB nominal (BM, 2019)	US\$ 10,12 bilhões (Brasil US\$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US\$ 29,27 bilhões (Brasil US\$ 3,22 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (BM, 2019)	US\$ 801,66 (Brasil US\$ 8.717)
PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2019)	US\$ 2318,49 (Brasil US\$ 15.258)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	9,41% (2019); 8,57% (2018); 3,99% (2017).
IDH (PNUD, 2019)	0,536 (157º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	68,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	86,49%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	1,03%

UNIDADE MONETÁRIA (08/09/2020)	Franco Ruandês (1 USD = 950 RWF)
EMBAIXADOR EM KIGALI (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	James Kimonyo (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RUANDA (US\$ mil F.O.B) - Fonte: MDIC									
Brasil → Ruanda	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	504	206	344	703	960	774	410	537	258,6
Exportações	460	195	339	698	948	770	393	535	256
Importações	44	11	5	4	12	4	17	2	2.6
Saldo	416	183	334	694	936	766	376	533	253,4

APRESENTAÇÃO

A República de Ruanda situa-se na região dos Grandes Lagos, e faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. Ex-colônia do Reino da Bélgica, Ruanda obteve a independência em 1962. A população de Ruanda, estimada em 12,712 milhões, é dividida em dois grupos étnicos principais: hutu (84%) e tutsi (15%). Embora continue a determinar os contornos da vida social e política do país, o genocídio ocorrido em 1994, um dos mais graves do século XX, contrasta de forma contundente com a ordem e o desenvolvimento em evidência no país atualmente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME

Presidente da República



Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni. Em 1986, foi designado chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do presidente Museveni, e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime de Juvénal Habyarimana.

Em julho de 1994, após o genocídio de Ruanda, a FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de vice-ministro e ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010. Em 2015, foi aprovada, por referendo, emenda constitucional que permitiu a Kagame concorrer a um terceiro mandato, tendo sido, novamente, reeleito em 2017.

ÉDOUARD NGIRENTE

Primeiro-ministro



Édouard Ngirente nasceu em 22 de fevereiro de 1973. Formou-se em Economia e Estatística pela Universidade Nacional de Ruanda, onde posteriormente trabalhou como membro do corpo docente. Possui mestrado em Economia pela Universidade Nacional de Ruanda. É pós-graduado em Gestão em Riscos Financeiros pela Universidade Saint-Louis em Bruxelas e em Economia Agrícola pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Foi apontado como diretor-geral do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico em 2010. No mesmo ano, foi promovido a conselheiro sênior do mesmo Ministério. Em 2011, ingressou no Banco Mundial como assessor do diretor executivo da organização, e, em 2017, foi promovido a assessor sênior. Foi nomeado primeiro-ministro em 30 de agosto de 2017 pelo presidente Paul Kagame.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Ruanda foram estabelecidas em 1981. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o então chanceler Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62ª AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira.

Em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de maior participação no desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em junho de 2011, Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o então assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali, por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Em agosto de 2019, foi assinado, em Kigali, o Acordo de Serviços Aéreos, pelo embaixador do Brasil em Nairóbi, Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Embaixador Claver Gatete. O acordo, uma vez em vigor, abrirá caminho para o estabelecimento de ligação aérea entre Brasil e Ruanda.

Cooperação bilateral

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda poderão ser embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 2007, assim que ratificado por Ruanda. Atualmente, não há ações de cooperação técnica em curso com aquele país. Em 2009, houve missão técnica ruandesa ao Brasil para conhecer a experiência em biocombustíveis.

O governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de

US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda.

Em julho de 2010, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do novo coronavírus, o Brasil destinou US\$ 50 mil ao governo ruandês, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de materiais e equipamentos médicos prioritários no país.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em sua maior parte, por máquinas mecânicas e elétricas, veículos, itens de papel e plástico e açúcares em 2019. As importações brasileiras de Ruanda, por sua vez, têm sido concentradas em preparações alimentícias, veículos e máquinas mecânicas, no mesmo ano.

Devido ao cenário particularmente favorável aos negócios em Ruanda, há boas perspectivas para investimentos brasileiros. A empresa de produtos eletrônicos Positivo BGH instalou em Kigali unidade de produção de computadores portáteis, a serem fornecidos a órgãos governamentais. Representantes do governo ruandês manifestaram recentemente interesse em atrair investimentos brasileiros para o setor agropecuário do país, tendo em vista os atuais esforços governamentais para acelerar o processo de mecanização e introdução de outras tecnologias no campo, como forma de elevar a produtividade do setor.

POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda. Em agosto de 1993, o presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente dois milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, a presidente, e Faustin Twagiramungu, a primeiro-ministro. A intenção da FPR foi a coabitação política com o antigo Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos. Em 2015, foi aprovada, em referendo com 98,3% de votos favoráveis, emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a sua candidatura a uma segunda reeleição. Desse modo, Kagame foi reeleito a um terceiro mandato, em 2017.

O presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário. O combate à corrupção tem sido outra característica do governo de Paul Kagame.

POLÍTICA EXTERNA

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de

assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais. O presidente Kagame também tem buscado assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, da cúpula da União Africana (UA) em 2016 e 2018. A presidência ruandesa da UA, em 2018, foi marcada pelo ímpeto de reformas na estrutura da organização, com vistas a sua dinamização e à ampliação de sua capacidade de autofinanciamento. Além disso, a cúpula extraordinária de Kigali, realizada em março de 2018, foi marcada pela assinatura do acordo de criação da Área de Livre Comércio Continental e do Protocolo de Livre Movimentação de Pessoas.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o governo depende em certa medida da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional.

Ruanda é membro da Comunidade da África Oriental (EAC). A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. Kigali vê com entusiasmo o aprofundamento da integração no âmbito da EAC. Ruanda tem-se destacado, desse modo, por suas posições favoráveis à aceleração do cronograma de integração econômica do bloco, bem como ao avanço das negociações do Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais são numerosos, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

Os países emergentes, em particular a China e a Índia, apresentam crescente importância para a política externa de Ruanda, sobretudo do ponto de vista econômico-comercial. Em 2019, China e Índia ocuparam, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares entre os países de origem das importações ruandesas. Em 2018 o presidente chinês, Xi Jinping, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, realizaram a primeira visita de um chefe de estado e/ou chefe de governo de seus respectivos países a Ruanda, quando foram assinados diversos instrumentos bilaterais de cooperação. Ruanda também tem buscado estreitar sua cooperação com a

Rússia, em particular na área de defesa.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de promover investimentos, doações e assistência humanitária. EUA, União Europeia e Reino Unido têm sido os principais fornecedores de ajuda financeira a Ruanda, juntamente com o Banco Mundial.

ECONOMIA

Ao longo das duas últimas décadas, Ruanda obteve importantes conquistas no plano econômico. Mais recentemente, o país vem seguindo modelo de desenvolvimento semelhante ao de países asiáticos, com elevada prioridade conferida à educação e uma abordagem marcadamente pró-negócios, com reduzida intervenção estatal. Ruanda é regularmente enaltecida em círculos internacionais pelos avanços registrados na superação da pobreza, na promoção do acesso à saúde e educação, no combate à corrupção e na geração de um bom ambiente de negócios.

Ruanda tem apresentado taxas muito elevadas de crescimento econômico, que chegou a ser a o segundo maior do mundo em 2019 (9,41%, segundo o Banco Mundial), atrás apenas de Tuvalu (9,8%). Segundo projeção do FMI, a economia de Ruanda manterá crescimento, apesar da pandemia do novo coronavírus. Para 2020 e 2021, há expectativa de crescimento de 3,5% e 6,7% do PIB, respectivamente. Embora otimista, diante da expectativa de expansão da economia mundial este ano, esse resultado está muito aquém dos 10% de crescimento do PIB ruandês projetados pelo FMI anteriormente à pandemia da COVID-19.

Nos últimos anos, a população urbana de Ruanda tem crescido cerca de 3% ao ano, tendo atingido 17,3% da população total em 2019. Nesse contexto, tem crescido a importância do setor de serviços para a economia ruandesa, o qual já é responsável por 49,3% do PIB do país. Também tem contribuído para o crescimento desse setor a estratégia do governo atual de tornar o país um hub de serviços para a subregião da África Oriental e, até mesmo, para outros países do continente africano. O setor da agricultura é responsável por mais de 62,4% dos empregos no país e contribui com 24,6% do PIB. O setor da indústria, por sua vez corresponde a 8,89% dos empregos e a 18% do PIB.

O governo de Ruanda deve aumentar os gastos públicos em 2020 em função dos esforços para combate à pandemia do novo coronavírus. O país destacou-se, no contexto africano, pela adoção de estratégias baseadas na tecnologia para enfrentamento da crise sanitária, como o desenvolvimento de aplicativos de rastreamento de pessoas infectadas e uso de robôs e drones para auxiliar os serviços de saúde. Também foi adotado programa

de fomento econômico emergencial, que deverá destinar cerca de US\$ 2,5 milhões a pequenas e médias empresas.

Análise preliminar indica déficit fiscal de cerca de 3,7% do PIB de Ruanda para o ano corrente e 2021, o qual, contudo, poderá ser mitigado tendo em vista a disposição do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições financeiras, de conceder auxílio ao país. Em julho de 2020, o Banco Africano de Desenvolvimento aprovou empréstimo de US\$ 98 milhões para mitigar o impacto da pandemia sobre o sistema de saúde e sobre a economia ruandeses. O índice de inflação em Ruanda, por sua vez, o qual vinha apresentando valores baixos nos últimos anos (2,4% em 2019) elevou-se a 6,9% em 2020. A expectativa, contudo, é de que essa taxa permaneça controlada e possa ser reduzida a 5,4% em 2021.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2018 (dados mais recentes disponíveis), somou US\$ 3,99 bilhões, o que representou aumento de 2,3% em relação a 2017. Em 2018, as exportações ruandesas elevaram-se em 6,8% em relação a 2017, somando US\$ 1,02 bilhão. Os principais países de destino das exportações ruandesas foram, naquele ano, República Democrática do Congo (33% do total); Emirados Árabes Unidos (15%); Suíça (6,5%); e Uganda (5%). As importações totais de Ruanda, por sua vez, somaram US\$ 2,97 bilhões em 2018, com aumento de 0,8% em relação a 2017. Os principais países de origem dessas importações foram China (18,6%); Emirados Árabes Unidos (10,3%); Índia (9,4%); e Uganda (8,2%). Os principais itens de exportação de Ruanda foram, em 2018, café e chá (41,2%) e minérios (36%), enquanto que os principais itens de importação foram equipamentos elétricos (15,3%), maquinário mecânico (11,3%), veículos (7,1%) e produtos farmacêuticos (6,9%).

Devido as reformas macroeconômicas e institucionais adotadas nos últimos anos, Ruanda tem logrado apresentar-se como atrativa aos investimentos diretos estrangeiros (IDE). De fato, segundo o relatório *Doing Business 2020*, do Banco Mundial, Ruanda figura na segunda posição entre os países africanos no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros (38ª posição no ranking mundial). Em 2018, Ruanda recebeu cerca de US\$ 301 milhões de IDE, aumento de 10,4% em relação a 2017.

Ruanda integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia e Burundi, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US\$ 193 bilhões. Além disso, o país tem sido um dos principais promotores da integração econômica no âmbito da União Africana, tendo o presidente Paul Kagame sido um dos principais responsáveis pelo lançamento da Área de Livre Comércio Continental (AfCFTA, na sigla em inglês), em 2018, sob a presidência de turno ruandesa da organização. Estima-se que a criação da Área, que poderá vir a tornar-se a maior zona de livre comércio do mundo, tenha potencial para incrementar o comércio

intra-africano em 52% até 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885	No Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio alemão.
1916	Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
1962	Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, narco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
1973	Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana.
1990	Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda.
1993	Assinatura dos Acordos de Arusha.
1994	Morte de Habyarimana marca o início do genocídio de Ruanda.
2000	Paul Kagame assume a presidência com a renúncia de Pasteur Bizimungu.
2003	Paul Kagame é eleito presidente de Ruanda.
2010	Paul Kagame é reeleito presidente de Ruanda.
2015	Aprovada, por referendo, emenda constitucional que eliminou o limite de dois mandatos para reeleição do presidente da República.
2017	Paul Kagame é reeleito a terceiro mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1981	Brasil e Ruanda estabelecem relações diplomáticas.
1982	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês ao Brasil.
2007	Encontro do então Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova York à margem da 62ª AGNU.
2007	Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2010	Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.
2011/mai	Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano, a Kigali.
2011/jun	Encontro entre o então Ministro Antonio Patriota e o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.
2011/jun	Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar.
2019/ago	Assinatura, em Kigali, do Acordo de Serviços Aéreos, pelo Embaixador do Brasil em Nairóbi e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Claver Gatete.

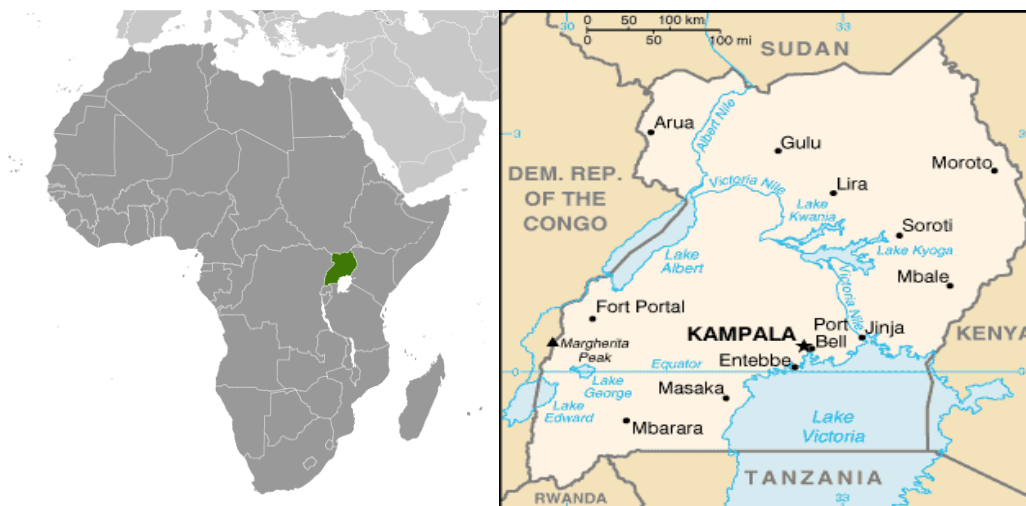
ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação pela outra parte

Acordo de Serviços Aéreos	14/08/2019	Em tramitação no Ministério das Relações Exteriores
---------------------------	------------	--

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE UGANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2020

DADOS BÁSICOS UGANDA	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense, ugandês
CAPITAL	Kampala
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO (2020 – CIA)	43,3 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suaíle
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã (84,4%); Islâmica (13,7%); outras (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	PM Ruhakana Rugunda (desde 2014)
CHANCELER	Sam Kahamba Kutesa (desde 2005)
PIB nominal (BM, 2019)	US\$ 34,39 bilhões (Brasil US\$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US\$ 100,56 bilhões (Brasil: US\$ 3,22 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (BM, 2019)	US\$ 776,77 (Brasil: US\$ 8.717,19)
PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2019)	US\$ 2.271,65 (Brasil: US\$ 15.258,85)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	6,51% (2019); 6,15% (2018); 3,90% (2017)
IDH (PNUD, 2019)	0,528 (159º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (PNUD, 2019)	63 anos

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	89,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	1,84%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 3691,44 UGX
EMBAIXADOR EM CAMPALA (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Perezi K. Kamunanwire (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UGANDA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
BRASIL → UGANDA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-ago)
Intercâmbio	5,7	4,4	4,5	6,0	4,0	5,2	6,8	6,8	5,2
Exportações	5,4	4,3	4,0	6,0	4,9	5,1	6,8	6,8	5,2
Importações	0,3	0,07	0,5	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Saldo	5,1	4,2	3,5	6,0	4,0	5,0	6.750	6,8	5,2

APRESENTAÇÃO

A República de Uganda é um país sem litoral, situado na região dos Grandes Lagos, que faz fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo (RDC), Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da *Commonwealth*. A população ugandense é estimada em cerca de 40 milhões de pessoas.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. A estabilidade político-institucional e econômica alcançada após a assunção da Presidência por Yoweri Museveni, em 1986, também se reflete em uma presença mais ativa na política regional. Uganda é o maior contribuinte de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil neste país. O presidente Museveni atuou como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como do processo de diálogo interburundês, no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Uganda abriga atualmente uma das maiores populações de refugiados do mundo, estimada em mais de um milhão de pessoas, das quais cerca de 882 mil são refugiados sul-sudaneses. Ademais, sua política de acolhimento de refugiados, aos quais são garantidos acesso ao mercado de trabalho, à terra e a serviços públicos essenciais, é considerada modelo pelas Nações Unidas.

No plano multilateral, Uganda tem tido participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Em 2010, Kampala foi sede da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional. Uganda também abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente da República



Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se (1970) em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, na Tanzânia. Durante o período universitário, presidiu a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos, organização pan-africanista. Em Moçambique, atuou junto à FRELIMO, recebendo treinamento militar.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do presidente Milton Obote. Em 1971, com a ascensão Idi Amin ao poder, após golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia. No exílio, Museveni e outros dissidentes formaram grupos de oposição armada ao regime de Amin. Em 1979, com o apoio do exército tanzaniano, esses grupos rebeldes derrubaram Idi Amin. Em 1980, Museveni concorreu à Presidência, tendo sido derrotado por Obote. Após denunciar fraude no resultado do pleito, Museveni e o ex-presidente ugandense Yusufu Lule formaram o Movimento de Resistência Nacional (NRM). Lule assumiu a liderança política e Museveni o comando militar do grupo.

Em 1986, à frente do NRM, Museveni assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições após a conquista do poder pelo NRM,

foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito sucessivamente em 2001, 2006, 2011 e 2016.

Museveni concorrerá a mais um mandato presidencial nas eleições agendadas para 2021.

RUHAKANA RUGUNDA

Primeiro-Ministro



Ruhakana Rugunda nasceu em 7 de novembro de 1947. Formou-se em Medicina pelas universidades de Makerere (Uganda) e da Zâmbia. Possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Antes de seguir a vida política, trabalhou como médico na Zâmbia, nos Estados Unidos (Washington) e no Quênia.

Após a ascensão de Museveni ao poder, em 1986, Rugunda assumiu diversas funções públicas, como ministro da Saúde, (1986-1988 e 2013-2014); ministro do Trabalho, Transporte e Comunicação (1988-1994); ministro dos Negócios Estrangeiros (1994-1996); ministro da Informação e Comunicação (1996-1998 e 2011-2013); ministro da Presidência (1998-2001); ministro das Águas, da Terra e do Meio Ambiente (2001-2003); e ministro de Negócios Internos (2003-2009).

Em 2009, foi nomeado representante permanente de Uganda nas Nações Unidas, servindo como presidente do CSNU (2009-2010)

Exerce a primatura desde 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Uganda foram estabelecidas em 1970. A representação brasileira junto ao governo de Kampala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília.

As visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD, 2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.

Em 1984, o então ministro de Cooperação e Comércio, Yona Kanyomozi, realizou visita pioneira ao Brasil. Em 2010, a ministra da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. Em junho de 2012, a ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Mais recentemente, o ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, esteve no Brasil em duas ocasiões, em 2017 e 2018. Na primeira visita ao Brasil, o ministro Ssempijja, a convite do setor privado brasileiro, chefiou delegação ugandesa interessada em conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café. Já em 2018, participou de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

Em dezembro de 2010, foi realizada, em Kampala, reunião de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandenses. Em março de 2015, o embaixador Johnny Muhindo, então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, realizou visita ao Brasil. Na ocasião, em encontros mantidos no Itamaraty, foram verificados critérios para eventual abertura de embaixada ugandense em Brasília, bem como avaliadas possibilidades

de cooperação entre os dois países.

Missão parlamentar ugandense esteve em Brasília em 2009, a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao combate à corrupção. Em abril de 2012, realizou-se em Kampala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, o deputado Átila Lins (PP-AM), quando foram analisadas perspectivas de cooperação entre os parlamentos dos dois países. Em 2018, delegação parlamentar ugandesa visitou o Brasil a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), para conhecer o marco regulatório brasileiro para organismos geneticamente modificados na agricultura.

Em foros multilaterais, Uganda tem apoiado candidaturas brasileiras para organismos multilaterais, como CIJ, FAO, OIC e OMC.

Cooperação bilateral

Os esforços de aproximação com Uganda têm ocorrido, sobretudo, no campo da cooperação. As áreas de agricultura e energia, em particular, têm-se revelado promissoras para o adensamento das relações bilaterais. Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que se encontra, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional. Uma vez em vigor, o acordo deverá fornecer o marco jurídico para a estruturação de projetos de cooperação técnica com o país.

O Brasil não mantém, no momento, projeto bilateral de cooperação técnica em execução ou negociação com Uganda. No passado, foram realizadas atividades isoladas com resultados positivos nas áreas de biocombustíveis, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes. Entre as ações de maior relevância, vale mencionar a troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e a realização, em 2010, em Kampala, do seminário “Pro-Renova”, visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi também realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social. Em 2018, pesquisadores da Embrapa realizaram visita a Uganda, no âmbito da iniciativa internacional *Agricultural Innovation MKTPlace*.

Atualmente, Uganda, juntamente com outros 13 países africanos, beneficia-se de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para compartilhamento das tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

Em junho de 2014, Uganda também manifestou interesse no treinamento de diplomatas pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 2015, a Chancelaria ugandense encaminhou à Embaixada brasileira proposta de Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países.

Em março de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Johnny Muhindo, foram debatidas possibilidades de cooperação técnica com o Brasil, com destaque para o cultivo da mandioca, bem como de cooperação na área de comércio e investimentos, sobretudo nas áreas de construção, mineração e agricultura. Também foi avaliada a possibilidade de abertura de curso de português em Uganda.

A cooperação em defesa possui bom potencial. Igualmente promissora é a cooperação para capacitação de oficiais para operações de paz ao abrigo das Nações Unidas, de que é exemplo a participação de soldados ugandenses em cursos ministrados por oficiais brasileiros no Centro Humanitário de Apoio à Paz, em Nairóbi.

Na área de educação, o Brasil apresentou, em 2019, minuta de acordo de cooperação, que poderá abrir espaço para uma maior participação de estudantes ugandenses em cursos superiores no Brasil.

No âmbito da cooperação humanitária, Uganda é beneficiária da Lei 12.429/2011, que autoriza a doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, foram doadas ao país 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00. A doação, destinada a campos de refugiados congolese no país, foi recebida em 2013.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em grande medida, por manufaturados como máquinas mecânicas e veículos automóveis. As importações brasileiras de Uganda foram reduzidas nos últimos anos, compostas, em 2019, de preparações alimentícias, máquinas mecânicas, vestuários, produtos de

origem animal, tintas e pigmentos, entre outros.

A estabilidade macroeconômica observada em Uganda nos últimos anos poderá favorecer a presença de investimentos brasileiros no país. A estratégia atual do governo ugandense de promover o robustecimento da infraestrutura como forma de elevar a competitividade e acelerar o crescimento do país também oferece oportunidades para a atuação de empresas brasileiras em Uganda no futuro.

POLÍTICA INTERNA

O nome Uganda deriva do reino tradicional de Buganda, que ocupa o centro-sul do atual território do país desde o século XIII. Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infraestrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do sul e do norte do país, com a nomeação do *kabaka* (rei) de Buganda, Edward Muteesa, para o cargo de presidente, e Milton Obote (proveniente do norte do país) para primeiro-ministro. O centralismo do primeiro-ministro Obote entrou em conflito com o federalismo previsto da Constituição. Em 1966, com o apoio do Exército, comandado por Idi Amin, Obote suspendeu a Constituição e declarou-se presidente. Em 1967, o Parlamento ugandense aprovou nova constituição abolindo o federalismo e a autonomia dos reinos tradicionais e instituindo o presidencialismo.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia

(Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder. Durante sua gestão, o cenário político foi marcado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos e por ataques armados contra etnias rivais. Em 1978, tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzaram a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa fronteiriça com o país vizinho, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda, precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979. Ao longo de seus nove anos, o regime de Idi Amin deixou mais de 300 mil mortos.

Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência.

Quadro recente

Yoweri Museveni é presidente da República desde 1986. Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória de Museveni. Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001. Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo no país.

O multipartidarismo foi adotado somente em 2005, após a realização de reforma constitucional, aprovada em referendo, que igualmente aboliu o limite constitucional de dois mandatos presidenciais. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato à Presidência e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016.

Em 2018, emenda constitucional, posteriormente validada pela Corte Constitucional de Uganda, retirou o limite de 75 anos para candidatos presidenciais. A medida abriu caminho para que o MRN confirmasse a

candidatura de Museveni a um quinto mandato presidencial nas eleições previstas para o início de 2021.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e, em seu entorno regional, com o Quênia e com a Tanzânia.

A partir de 1986, com a assunção da Presidência por Museveni e a estabilização do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de reaproximação com os vizinhos e com países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Desse modo, Uganda consolidou-se como importante ator regional, exercendo influência nos países do seu entorno, na África Oriental, no Chifre da África e nos Grandes Lagos. Seja por meio da mediação política ou de envio de tropas em missões de manutenção da paz, Uganda tem desempenhado papel relevante no Burundi, na República Centro-Africana, na Somália e no Sudão do Sul.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a Formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco, e, em 2016, o Sudão do Sul também o fez. Com PIB de cerca de US\$ 193 bilhões, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

A integração no âmbito da EAC é estratégica para Uganda, na medida em que o país não possui saída para o mar e apresenta dependência da importação de bens de consumo. A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é preocupação estratégica. Uganda tem-se beneficiado, assim, de grandes projetos de infraestrutura regionais, com destaque para o Oleoduto da África Oriental. Projetado para ser uma das maiores estruturas de transporte de petróleo cru do mundo, com extensão de 1.445 km, o oleoduto, cuja construção deverá se iniciar em breve, permitirá o escoamento da produção de petróleo do oeste de Uganda ao porto de Tanga, na Tanzânia. Em sua fase inicial, o projeto deverá permitir a arrecadação de até US\$ 6,8 bilhões anuais, a serem divididos entre Uganda e Tanzânia na proporção de 40% e 60%, respectivamente.

Apesar de o governo ugandense ter privilegiado a Tanzânia em seus planos para escoamento da produção petroleira, a tradicional parceria com o Quênia continua sendo fundamental para a logística de exportações e importações de Uganda. Essa parceria poderá aprofundar-se com o avanço do megaprojeto ferroviário do Corredor Norte, com financiamento chinês no âmbito da iniciativa *Belt and Road*, ligando Uganda, Ruanda, Burundi, Sudão do Sul e República Democrática do Congo ao porto de Mombaça, no Quênia. Uganda acena também com a opção do Corredor Central, ligado ao porto de Dar Es Salam, na Tanzânia.

Em busca de maior industrialização do país, o governo de Uganda, contudo, mantém posições por vezes protecionistas na relação com os demais membros da EAC e em relação a parceiros extrarregionais, como demonstra a não assinatura, até o momento, do Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia pelo país.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão do Sul, Somália e Burundi.

Desde o início da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, a entrada de refugiados provenientes deste país em território ugandense teve aumento exponencial, de modo que Uganda concentra, hoje, a quarta maior população de refugiados do mundo, posicionando-se, apenas, atrás da Turquia, da Colômbia e do Paquistão. Estima-se em cerca de 882 mil pessoas o número atual de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais representam a maior parte dos refugiados no país. Segundo a ONU, para garantir a assistência a esse volume de refugiados no biênio 2019-2020, seria necessário cerca de US\$ 1,75 bilhão, para o que Uganda depende da assistência humanitária internacional.

A política de acolhimento de refugiados em Uganda é considerada modelo pela ONU, ao aliar assistência humanitária e desenvolvimento humano. Aos refugiados são concedidos os direitos de livre circulação e de trabalho, sendo-lhes dado acesso à terra e aos serviços de saúde e educação. O aumento vertiginoso da população de refugiados, no entanto, desafia a sustentabilidade desse modelo.

Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda.

A China, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-

chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos.

A estabilidade político-econômica alcançada nas últimas décadas também permitiu ao país exercer papel político cada vez mais relevante em sua região. Em junho de 2010, Kampala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebe (distrito limítrofe a Kampala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Vale mencionar, também, que o presidente Museveni teve atuação como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi.

Uganda é o principal contribuinte de tropas para a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM). Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandense em favor da estabilização daquele país, o Al-Shabaab perpetrou atentado terrorista em Kampala, que resultou em dezenas de vítimas. No contexto das eleições presidenciais de 2016, novas ameaças de ataque pelo Al-Shabaab causaram preocupação em Uganda, embora não tenham sido concretizadas. Nesse contexto, o governo de Uganda tem-se manifestado contrariamente à progressiva redução dos contingentes da AMISOM a partir de dezembro de 2017, com a finalidade de transferir-se para as forças de segurança somalianas a primazia sobre a defesa e a segurança do país até 2021. Em março de 2018, Kampala sediou Cúpula dos Países Contribuidores de Tropas para a AMISOM. Ao final do evento, foi emitida declaração na qual a retirada gradual da missão foi julgada precipitada, sobretudo em vista da ameaça representada pelo Al-Shabaab, bem como foi realizado apelo para que o Conselho de Segurança da ONU revisasse a decisão. Apesar disso, em fins de 2018, teve prosseguimento o cronograma de redução dos efetivos da missão de paz.

ECONOMIA

Sob o governo de Museveni, a política econômica tem sido caracterizada por uma abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC).

Uganda vem sendo beneficiada pelas receitas advindas da descoberta de grandes reservas de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), as quais têm contribuído para os investimentos governamentais em setores estratégicos. Empresas como a britânica Tullow Oil, a francesa Total e a chinesa CNOOC estão presentes no país.

A economia ugandense tem crescido substancialmente nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas e a um aumento na população urbana. O PIB de 2019 foi estimado em US\$ 34,39 bilhões, com um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. O PIB per capita de 2019 foi estimado em US\$776,77. A expectativa, contudo, é de que o PIB tenha contração de 1,4% em 2020, refletindo o efeito negativo da pandemia do novo coronavírus sobre o comércio e o turismo ugandenses. O crescimento deverá ser retomado entre 2021 e 2024 a uma média de 5,1% ao ano, impulsionado, principalmente, pelos serviços e pela indústria.

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são uma variável-chave para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento no país nos próximos anos. Desse modo, deverá manter-se ou elevar-se a dependência de Uganda em relação a investidores externos, cujas instituições financeiras têm tido papel central no fornecimento de crédito para a construção de infraestrutura nos setores de energia e de transportes. Como consequência, a dívida externa de Uganda tem-se elevado em ritmo acelerado, tendo passado de US\$ 5,6 bilhões, em 2015, para US\$ 10,8 bilhões, em 2018, segundo estimativa.

Em decorrência de seu dinamismo econômico, bem como do processo de urbanização, o setor de serviços de Uganda vem ganhando espaço na economia, já sendo responsável por 40% do PIB. Subsetores importantes são os de finanças, informação e comunicação. Apesar disso, a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2019, cerca de 75% da população de Uganda viviam em zonas rurais, e 72% dos empregos dependiam do setor agrícola.

O déficit fiscal em Uganda apresenta tendência de alta para os próximos anos, como resultado da atual crise de saúde pública e das eleições, e deverá atingir 7,9% do PIB no biênio 2020/2021. A projeção,

contudo, é de que esse déficit poderá ser contido nos anos seguintes. Além disso, ressalta-se que, em 2015, 53,6% das despesas governamentais em Uganda foram provenientes da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Desde 1990, a economia tem respondido positivamente, apresentando resiliência diante de crises internacionais como a de 2008, assim como a atual crise gerada pela pandemia de Covid-19. Em 2016, a arrecadação de impostos atingiu 4,6% do PIB. Estima-se que a inflação em 2020 gire em torno de 3,8%.

No setor externo, as exportações de Uganda somaram US\$ 1,3 bilhão em 2019, e as importações, US\$ 3,5 bilhões. Naquele ano, destacaram-se, na pauta de exportações do país, as vendas de café, peixes, chás, laticínios, cacau, flores, produtos da horticultura e tabaco. Em relação aos principais bens importados, destacaram-se os equipamentos de maquinaria, veículos, equipamentos elétricos e suprimentos médicos.

Os principais mercados de destino para as exportações ugandenses, em 2019, foram: Quênia (25,6%); Itália (10%); Alemanha (7,2%); Holanda (6,4%); Estados Unidos (6,4%); Bélgica (4,6%); Hong Kong (4,3%); e China (3,2%). As principais origens das importações de Uganda, por sua vez, foram: China (20,7%); Índia (17,7%); Quênia (17,4%); e Japão (5,1%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Uganda torna-se independente com Edward Muteesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.
1966	Milton Obote suspende a Constituição e toma o poder.
1967	Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.
1971	Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por violência política.
1979	Amin exila-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.
1980	Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.
1985	Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello.
1986	Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" tomam Kampala e Yoweri Museveni assume como Presidente.
1993	Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes políticos.
1995	Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.
1996	Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.
Jun/2000	Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único.

Jan/2001	A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.
Mar/2001	Museveni é reeleito para novo mandato de 5 anos.
Mar/2002	Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.
Dez/2004	Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas.
Jul/2005	Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.
Fev/2006	Museveni vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos.
Mar/2007	Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.
Jan/2009	Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.
Jun/2010	Ocorre em Kampala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.
Fev/2011	Museveni vence sua quarta eleição presidencial.
Out/2015	Tropas ugandenses começam a deixar o Sudão do Sul após a conclusão de acordo de paz entre o presidente Salva Kiir e o líder rebelde Riek Machar.
Fev/2016	Museveni vence as eleições presidenciais.

Jul/2018	A Corte Constitucional de Uganda valida emenda constitucional que elimina limite de idade para candidatos à Presidência, abrindo caminho para a candidatura de Museveni a um quinto mandato em 2021.
Jun/2019	É registrado, em Uganda, primeiro caso recente de contaminação pelo vírus ebola, em indivíduo proveniente da República Democrática do Congo. A epidemia, contudo, foi rapidamente controlada no país.
2020/Jun	É divulgado cronograma para as eleições gerais de 2021, a se realizarem entre janeiro e fevereiro. Devido à pandemia no novo coronavírus, são proibidos os comícios e a campanha eleitoral é restrita aos meios digitais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970	Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.
Jun/1984	Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.
Jun/1992	Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.
Jun/2004	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.
Out/2007	Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Out/2008	Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.
Nov/2008	Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.
Ago/2009	Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.
Nov/2009	Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.
Mar/2010	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.
Mai/2010	Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.
Jul/2010	É organizado em Kampala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.
Dez/2010	Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Kampala com seus homólogos ugandenses.
Set/2011	Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.
Mar/2012	Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.
Abr/2012	À margem da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Kampala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.
Jun/2012	Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

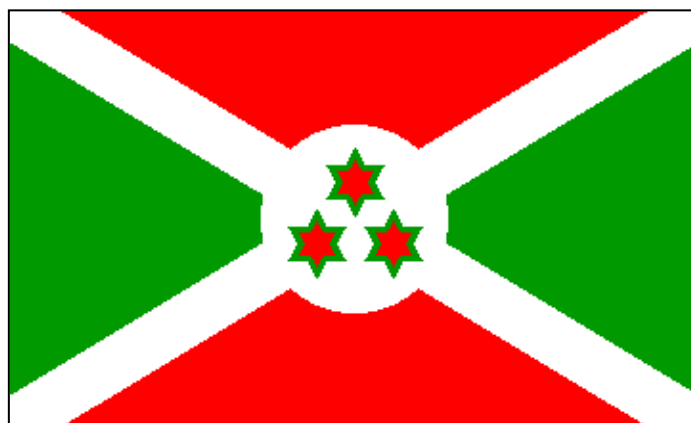
2013	Brasil doa a Uganda 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, destinadas a campos de refugiados congoleses no país.
Mai/2014	O presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana
Mar/2015	O então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Embaixador Johnny Muhindo, visita o Brasil, ocasião em que é anunciada a intenção de Uganda de instalar embaixada em Brasília.
2017	Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, chefia delegação ugandesa ao Brasil, a convite do setor privado, para conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café.
2018	Ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, participa de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2011	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO BURUNDI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês, burundinesa; burundês, burundeses
CAPITAL	Gitega (desde janeiro de 2019)
ÁREA	27 834 km²
POPULAÇÃO (2019 - ONU)	11,5 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	kirundi (nacional e oficial) e francês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (91,5%); religiões tradicionais africanas (5%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado ou Inama Nkenguzamateka, com 43 assentos e Assembleia Nacional ou Inama Nshingamateka com 121 assentos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Evariste Ndayishimiye (desde jun/2020)
CHANCELER	Albert Shingiro (desde junho de 2020)
PIB NOMINAL (BM, 2019)	US\$ 3,01 bilhões (Brasil US\$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US\$ 9,03 bilhões (Brasil US\$ 3,22 trilhões)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	1,84% (2019); 1,61% (2018); 0,5% (2017);
PIB PER CAPITA (BM, 2019)	US\$ 261,25 (Brasil US\$ 8.717)
PIB PER CAPITA PPP (BM, 2019)	US\$ 781,82 (Brasil US\$ 15.258)
IDH (PNUD, 2019)	0,423 (185º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	61,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	88,22%
DESEMPREGO (BM, 2019)	1,43%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês (USD 1 = BIF 1936)

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Pauline Ruratotoye
EMBAIXADOR NO BURUNDI (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil F.O.B) – FONTE: MDIC									
BRASIL → BURUNDI	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-ago)
Intercâmbio	420,9	231,9	183,5	122,9	77,5	100,8	42,3	208,9	0,5
Exportações	301,5	175,5	183,4	115,4	77,5	100,8	42	208,9	0,5
Importações	119,5	56,4	0,1	7,5	-	-	0,3	-	0
Saldo	182,0	119,1	183,3	107,9	77,5	100,8	41,7	208,9	0,5

APRESENTAÇÃO

O Burundi, oficialmente República do Burundi, localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. O país faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), a oeste; com a Tanzânia, ao leste e ao sudeste; e Ruanda, ao norte. Assim como Ruanda e Uganda, igualmente países da região dos Grandes Lagos, o Burundi não tem acesso ao mar. Etnicamente, a população do Burundi é composta por hutus (85%), tutsis (14%) e twas (1%).

Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²) e mais de 11 milhões de habitantes, o Burundi é o sexto menor país africano e apresenta a segunda maior densidade populacional da África Subsaariana, atrás apenas de Ruanda.

O Reino do Burundi (ou Urundi) constituiu-se no século XVI e permaneceu independente até o final do século XIX. Com a partilha da África pelos impérios coloniais europeus, o território do Burundi foi incorporado, em 1892, à África Oriental Alemã, que incluía também Ruanda e Tanganica (equivalente ao território continental da atual Tanzânia). Após a I Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha, o território colonial alemão na África Oriental foi desmembrado. O Burundi, juntamente com Ruanda, passou então a ser controlado pela Bélgica, sob a denominação de Ruanda-Urundi.

O Burundi tornou-se independente em 1962 e atravessou período de conflito civil de 1993 a 2003, mas desde 2006 é considerado exemplo exitoso de reconstrução da paz. A última eleição presidencial foi em junho de 2020.

PERFIL BIOGRÁFICO

EVARISTE NDAYISHIMIYE **Presidente da República**



Evariste Ndayishimiye nasceu em 1968, em Gitega, atual capital do Burundi. Com o fim da guerra civil, em 2003, tornou-se liderança importante do Conselho Nacional pela Defesa da Democracia – Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), partido político originado do grupo armado FDD.

Em 2003, Ndayishimiye tornou-se comandante do Exército do Burundi. Entre 2006 e 2007, exerceu a função de ministro do Interior e Segurança Pública. Entre 2007 e 2014, ocupou a chefia do Gabinete Militar da presidência. A partir de 2016, atuou como de secretário-geral do CNDD-FDD, deixando o cargo em janeiro de 2020, para concorrer como candidato às eleições presidenciais.

Ndayishimiye venceu as eleições com cerca de 68% dos votos e assumiu a Presidência da República em 18 de junho de 2020, dois meses antes do esperado, devido à morte repentina do presidente Pierre Nkurunziza naquele mês.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Desde 1997, a Embaixada do Brasil em Nairóbi encarrega-se das relações com o país. Em março de 2012, o Burundi abriu embaixada residente em Brasília, uma das mais recentes embaixadas de país africano na capital brasileira, gesto que refletiu a importância atribuída pelo governo do Burundi à parceria com o Brasil, país identificado como relevante para seu desenvolvimento econômico e social.

A visita que o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, realizou ao Brasil, em agosto de 2009, foi a primeira de um chanceler burundês ao país. Na ocasião, Nsanze manteve encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à Embrapa e à Agência Nacional de Águas (ANA). Foi também assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Em novembro de 2011, o então chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o seu homólogo Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo. Dois anos mais tarde, teve lugar a III Cúpula ASA (Malabo, 22/2/2013). Na ocasião, a então presidente Dilma Rousseff, em reunião com o seu homólogo, Pierre Nkurunziza, anunciou a disposição brasileira de manter cooperação com o Burundi no domínio da segurança alimentar.

Em abril de 2013, o chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil, que incluiu, além de Brasília, São Paulo. A agenda da visita centrou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso à energia elétrica e pesca. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço e o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Erradicação da Fome e da Pobreza.

Em novembro de 2018, o então chanceler Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi em Brasília, Gaudence Sindayigaya, assinaram Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação e Treinamento de Diplomatas, em Brasília.

Diálogo político em foros multilaterais

No plano do diálogo político, as relações com o Burundi apresentam significativa fluidez. Em reconhecimento da sintonia dos interesses burundineses com as posições defendidas pelo Brasil no nível multilateral, o Burundi tem apoiado candidaturas brasileiras a postos de direção de organismos internacionais.

Com o intuito de preservar e consolidar os avanços obtidos no processo de paz que levou ao fim de longo conflito civil no Burundi (1993-2003), o país foi incluído, em 2006, na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Comprometido com a interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro atuou fortemente na criação da CCP e, naturalmente, tem demonstrado engajamento nos esforços de consolidação da paz liderados por aquela Comissão.

Nesse contexto, desde 2006, o Brasil passou a participar de conferências internacionais em apoio ao desenvolvimento burundinês, como a Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi, em 2007, e a Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi, realizada em Genebra, em 2012.

Cooperação bilateral

O Brasil tem sido parceiro de cooperação do Burundi, tendo desenvolvido iniciativas, tanto bilaterais quanto trilaterais, em benefício daquele país africano em diversas áreas, como saúde (combate ao HIV/AIDS), energia (biocombustíveis), esporte (capacitação em futebol) e segurança alimentar (doação de alimentos e alimentação escolar).

Atualmente, o único projeto bilateral em execução é o “Cotton-Victoria”, para o fortalecimento do setor algodoeiro na Bacia do Lago Vitória. Além do Burundi, Quênia e Tanzânia beneficiam-se também desse projeto. Executado ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, o “Cotton-Victoria” foi formulado nos moldes do Projeto “Cotton-4”, desenvolvido na África Ocidental, e faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura. O Projeto “Cotton-Victoria” é implementado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

A assinatura do Acordo na Área Educacional entre Brasil e Burundi e do Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas, em 2018, abre a possibilidade de cooperação bilateral nessas áreas. O Acordo na Área Educacional, que permite aos estudantes do Burundi cursar universidades no Brasil, por meio do Programa Estudante Convênio, nas modalidades de graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), encontra-se atualmente em tramitação na Casa Civil. Já o Memorando de Entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi permitirá a diplomatas daquele país participar de cursos na Academia Diplomática brasileira.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi, nos últimos sete anos, apresentou tendência de queda, passando de US\$ 421 mil, em 2012, para US\$ 42,3 mil, em 2018. Em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi apresentou sinais de recuperação, totalizando US\$ 208,9 mil, constituído exclusivamente por exportações brasileiras.

Não há registros de empresas brasileiras no Burundi, tampouco de empresas burundesas no Brasil.

POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA

Política Interna

O Burundi obteve sua independência do Reino da Bélgica e separação de Ruanda em 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Em 1966, tornou-se uma república. Apesar de minoria étnica, os tutsis mantiveram controle do governo e forças armadas até 1990. Nesse período, houve conflito com a maioria hutu. Em 1972, ocorreu o genocídio de 250 mil hutus.

Em 2005, foi adotada nova constituição. Em 2018, foi aprovada em plebiscito reforma constitucional proposta pelo Executivo. Modificações no mandato presidencial permitiriam ao presidente Nkurunziza candidatar-se novamente ao cargo. No entanto, ao promulgar a nova Constituição, Nkurunziza anunciou que não concorreria novamente à presidência e faleceu em junho de 2020. Apesar da pandemia da COVID-19, as eleições foram realizadas, conforme previsto, em maio de 2020. O candidato presidencial do partido governista (CNDD-FDD), Evariste Ndayishimiye, foi eleito com cerca de 68% dos votos. O principal líder opositorista, Agathon Rwasa, obteve 25% dos votos.

Com a repentina morte do presidente Nkurunziza, em 8 de junho de 2020, a Corte Constitucional do Burundi antecipou a posse do presidente eleito, prevista inicialmente para fins de agosto, para 18 de junho. A ascensão de Evariste Ndayishimiye ao cargo de presidente da República constituiu a primeira transição democrática de poder no Burundi, desde a independência do país em 1962.

Política Externa

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Quanto às organizações regionais africanas, o Burundi é membro da Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês), organização regional que inclui também Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul; e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla em inglês), que inclui também Angola, Cameroun, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

O país apresentou destacado engajamento na solução de conflitos regionais, por meio da contribuição de tropas para forças de manutenção da paz. Atualmente, o país permanece sendo, ao lado de Uganda, um dos principais contribuintes de tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

ECONOMIA

O Burundi ocupa a 185ª posição entre 189 países listados no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas de 2019. Com as eleições de 2005, o Burundi realizou reformas político-institucionais e econômicas profundas que viabilizaram a retomada do desenvolvimento. De 2006 a 2014, a economia burundinesa cresceu a uma taxa média de 5% ao ano.

Em 2015, a economia passou a desacelerar-se. Nos anos seguintes, o PIB cresceu, em média, 0,84%. Em 2019, o crescimento do PIB foi de 1,84%.

A dívida externa decresceu ligeiramente de US\$ 625 milhões, em 2015, para US\$ 589 milhões em 2018, o que equivale a retração de 5,8%. A inflação no país também vinha seguindo trajetória de queda desde 2017, tendo sido de -0,7% em 2019. Em 2020, contudo, o FMI estima que essa taxa poderá elevar-se a 8%.

O principal setor da economia burundinesa, o de serviços, representa cerca de 47,9% do PIB, e emprega 6,5% da população. A agricultura emprega 92% da população e responde por cerca 28,9% do PIB, ao passo que o setor industrial emprega 1,45% da população e responde por 10,9% do PIB.

No ano de 2018, o país recebeu US\$ 450 milhões em ajuda externa. Em julho de 2020, o FMI decidiu suspender, por três meses, a cobrança de US\$ 7,6 milhões relativos à dívida do Burundi com o organismo. Esse alívio, que poderá ser ampliado para US\$ 24,97 milhões, por período de 21 meses, visaria a ajudar nas despesas da saúde pública e a mitigar o choque nas contas externas do país, no contexto dos esforços de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

No setor externo, em 2019, as exportações do Burundi somaram US\$ 180,7 milhões, e as importações, US\$ 887,3 milhões. Naquele ano, os principais produtos de exportação foram pedras e metais preciosos (37%) e café e chá (33%), enquanto os principais itens de importação foram combustíveis e óleos minerais (18,6%), veículos (9,1%), e produtos farmacêuticos (7,1%).

Os principais países de destino das exportações burundinesas foram, em 2019, Emirados Árabes Unidos (39%), República Democrática do Congo (11%), Paquistão (6,1%) e Suíça (5,7%). Já os principais países de origem das importações do país foram China (15,3%), Arábia Saudita (15,2%), Índia (7,9%) e Emirados Árabes Unidos (6,9%).

O Burundi integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia e Ruanda, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US\$ 193 bilhões, que tem como meta o estabelecimento de uma União Monetária até 2024. Em julho de 2018, o país assinou o acordo de criação da Área de Livre Comércio Africana, embora sem ainda o ter ratificado. Estima-se que a criação da Área, que poderá vir a tornar-se a maior área de livre comércio do mundo, tenha potencial para incrementar o comércio intra-africano em 52% até 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885	No Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio alemão.
1918	Com fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.
1955	Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.
1959	A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.
1959	Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.
1961	Realização de eleições legislativas.
1961	Assassinato do Príncipe Rwagasore.
1962	O Burundi torna-se independente da Bélgica.
1962	O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.

1966	O Coronel Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a república e institui regime militar.
1976	Golpe militar derruba Coronel Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
1987	Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
1993	Eleições multipartidárias acabam com governo militar. Eleito presidente, Melchior Ndadaye (Frobedu) é assassinado quatro meses depois.
1994	Parlamento indica Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento indica para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
1996	Ex-presidente Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
1998	Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento
1999	Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinesas.
2000	É estabelecido o Acordo de Paz de Arusha. Governo e três grupos rebeldes tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
2001	Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde tutsis e hutus compartilharão o poder.
2002	Jean Minani, líder do principal grupo hutu, é eleito presidente do governo de transição.

2003	Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya e líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
2004	Forças da ONU tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
2005	Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
2006	FNL e o governo do assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
2007	ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução, com a criação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB). RDC, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
2008	Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.
2009	O Clube de Paris perdoa toda a dívida do Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.
2010	O Presidente Nkurunziza é reeleito com 92% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos da oposição.
Dez/2014	É concluído o mandato do Escritório das Nações Unidas no Burundi.
Abr/2015	Anúncio da candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial leva à instauração de ambiente de crise política e deterioração do quadro de segurança.
Mai/2015	Após a tentativa fracassada de golpe de estado, a posição do governo recrudescceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas".

Jul/2015	Nkurunziza é reeleito presidente, com 69% de votos favoráveis, em pleito com 30% do total de votantes.
Dez/2015	A União Africana anuncia que enviaria missão de proteção e prevenção ao Burundi, rejeitada pelo presidente Nkurunziza.
2016	Manteve-se o clima de tensões e divisão política. A Comunidade da África Oriental (EAC) promove diálogo entre forças políticas no Burundi.
Abr/2016	O Tribunal Penal Internacional (TPI) anuncia a abertura de investigação preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi.
Jul/2016	O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adota resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, para monitorar a situação de segurança no Burundi e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeita publicamente o envio de força policial com outro objetivo exceto o treinamento da polícia local.
Ago/2016	O Burundi fecha sua fronteira com Ruanda, em decorrência do agravamento das tensões nas relações bilaterais.
Set/2016	O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas cria Comissão de Inquérito (resolução 33/24, de 30/09/2016) para investigar as violações dos direitos humanos no Burundi desde 2015.
Out/2016	O governo do Burundi notifica à ONU a denúncia do país do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI)
Out/2017	Entra em vigor a saída do Burundi do TPI.
Mai/2018	Aprovada em referendo reforma constitucional proposta pelo Executivo. A proposta enfraquece os mecanismos de partilha de poder previstos no Acordo de Arusha, base da reconstrução pós-conflito do estado burundês.

Jun/2018	Promulgada a nova Constituição do Burundi. Presidente Nkurunziza anuncia que não concorrerá nas eleições presidenciais.
Jan/2019	Oficializada a transferência da capital de Bujumbura para Gitega. O processo de transferência da capital deverá durar três anos. Atualmente, a nova capital conta apenas com palácio presidencial. O Legislativo e o Judiciário ainda têm sede em Bujumbura.
Mai/2020	Realizadas eleições presidenciais e legislativas. O candidato a presidente pelo partido governista, Evariste Ndayishimiye, vence as eleições com cerca de 68% dos votos.
Jun/2020	Após morte repentina do presidente Nkurunziza, Evariste Ndayishimiye toma posse como presidente do Burundi, dois meses antes da data prevista para a cerimônia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Estabelecimento das relações bilaterais.
2007	Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
2008	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica. Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2008/abr	Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, na qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.
2009/jul	Visita da embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes ao Burundi, acompanhando a equipe de futebol “Além-Brasil”, que manteve amistoso com a seleção sub-20 local.
2009/ago	Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil. Assinado Acordo de Cooperação Técnica.

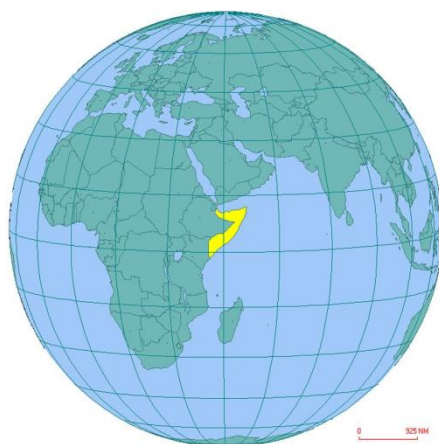
2011/jun	Encontro entre os então chanceleres Antonio Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. Na ocasião, o Burundi manifestou apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.
2011/out	O Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Ao amparo da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao PMA-Burundi, em 2012.
2011/nov	Encontro Ministerial entre os então chanceleres Antonio Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.
2012/mar	Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.
2012/ago	Viagem a Bujumbura da embaixadora, não residente, do Brasil para o Burundi, para participar da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS. Encontro da embaixadora com o chanceler Kavakure.
2012/out	Participação de enviado brasileiro na Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16)
2013/fev	Encontro da então presidente Dilma Rousseff com seu homólogo burundinês, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.
2013/abr	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure.
2018	O então chanceler Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi em Brasília, Gaudence Sindayigaya, assinam Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação e Treinamento de Diplomatas, em Brasília.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Erradicação da Fome e da Pobreza	16/04/2013	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas	13/11/2018	Em vigor
Acordo Educacional	13/11/2018	Em tramitação Ministérios/Casa civil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A SOMÁLIA	
NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ² (pouco maior que o Estado de MG)
POPULAÇÃO (CIA, 2020 est.)	11,8 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Somali e Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (<i>Aqalka sare</i>) e a Câmara Baixa (<i>Aqalka hoose</i>) formam o Parlamento Federal da Somália (<i>Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya</i>).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed (desde 2017)
CHEFE DE GOVERNO	PM Mahdi Mohamed Guled (desde jun/2020)
CHANCELER	Ahmed Isse Awad (desde jan/2018)
PIB nominal (CIA, 2017 est.)	US\$ 7,05 bilhões (Brasil US\$ 1,84 trilhão/ BM - 2019)
PIB PPP (CIA World Factbook, 2017)	US\$ 20,44 bilhões (Brasil US\$ 3,22 trilhões/ BM - 2019)
PIB nominal <i>per capita</i> (BM, 2018)	US\$ 314,54 (Brasil US\$ 8.717 BM - 2019)
PIB PPP <i>per capita</i>	Informação não disponível
VARIAÇÃO DO PIB (Trading Economics, 2019)	2,9% (2019); 2,8% (2018); 2,4% (2017)
IDH	Informação não disponível
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	57 anos

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Pnud, 2015)	31.8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	11,35%
UNIDADE MONETÁRIA (08/09/2020)	Xelim Somaliano (1 dólar = 584 SOS)
EMBAIXADORA NA SOMÁLIA (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado (não residente)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SOMÁLIA (US\$ milhões F.O.B) - Fonte: MDIC									
BRASIL → SOMÁLIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-ago)
Intercâmbio	14,9	23,3	24,7	36,9	81,4	69,7	60,8	20,4	45,67
Exportações	11,8	21,2	24,6	36,9	81,4	69,7	60,8	20,4	45,67
Importações	3,1	2,1	0,07	0,02	0,01	0	0	0,04	0,002
Saldo	8,7	19,1	24,5	36,9	81,4	69,7	60,8	20,4	45,67

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Somália localiza-se na região do Chifre da África e faz fronteira com o Djibuti, a noroeste, com o Quênia, a sudoeste, com o Iêmen, ao norte, e com a Etiópia, a oeste. O país também é limitado pelo Golfo de Aden, ao norte, e pelo Oceano Índico, a leste. A população

da Somália foi estimada em 12,3 milhões, em 2014. O país esteve, a partir da década de 1920, dividido em Somalilândia britânica, no norte, e Somalilândia italiana, no sul. Em 1960, ambos os territórios obtiveram a independência, e uniram-se, para formar a República Somaliana.

Durante a década de 1990, a Somália passou por guerra civil e, posteriormente, por grave instabilidade. Em 1992, foi criada a primeira missão de paz para a Somália, no âmbito das Nações Unidas e, em 2007, foi criada missão de paz promovida pela União Africana (AMISOM), que, juntamente com o fortalecimento da ajuda financeira internacional, tem permitido retorno à normalidade no país.

Em 2012, criou-se o governo federal, por meio da qual foi concluído, oficialmente, o governo de transição no país. Persistem, contudo, desafios relacionados à atuação de grupos terroristas como o al-Shabaab e a aspirações independentistas ou autonomistas. Entre os progressos recentes registrados na Somália, destacam-se a passagem pacífica do Governo de Transição para o Governo Federal da Somália, com a eleição e posse do presidente “Farmajo”, em 2017; a adoção do Pacto de Segurança entre os estados federados e o governo nacional e da Arquitetura Nacional de Segurança, em 2017; a criação de ambiente mais propício para a iniciativa privada, com vistas tanto à geração local de riqueza como ao aumento da arrecadação, indispensável para o funcionamento do estado; e a implementação de políticas de inclusão de gênero, que têm resultado em maior participação feminina no parlamento da Somália (29%, acima da média africana e mundial).

No fim de 2020 e início de 2021, estavam previstas para ocorrer eleições presidenciais e parlamentares na Somália, as quais, contudo, precisaram ser adiadas em função de atrasos no registro dos eleitores e, posteriormente, da pandemia do novo coronavírus.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED

Presidente da República



Mohamed Abdullahi "Farmajo" Mohamed nasceu em 11 de março de 1962. É formado em história pela Universidade Estadual de Nova York em Búfalo e possui mestrado em Ciências Políticas pela Universidade de Búfalo. Farmajo foi primeiro-secretário na embaixada da Somália em Washington entre 1985 e 1988, e, em 1991, voltou para a Somália e trabalhou no Ministério de Negócios Estrangeiros, até o colapso do governo e o início da guerra civil.

Voltou a viver nos Estados Unidos durante a década de 1990 e 2000. Trabalhou principalmente para o governo de Búfalo e o condado de Erie, em cargos administrativos. Sua última posição nos Estados Unidos foi como comissário de Oportunidades Iguais no Departamento de Transporte do Estado de Nova York em Búfalo, entre 2002 e 2010. Em 2010, foi nomeado primeiro-ministro da Somália e retornou ao país. Farmajo entregou o cargo em 19 de junho de 2011. No começo de 2012, juntamente a seu antigo gabinete formou o partido político Tayo. Realizou campanha junto à diáspora somaliana em vários países como os EUA, o Reino Unido, os Países Baixos e a Suécia. Candidatou-se à Presidência em 2012, sem sucesso. Voltou a apresentar sua candidatura em 2017, quando foi eleito para seu atual mandato, por voto indireto.

MAHDI MOHAMMED GULAIID

Primeiro-Ministro, interino



Mahdi Mohammed Gulaid “Khadar” foi advogado na Somalilândia e trabalhou na Segunda Comissão Eleitoral da Somalilândia como conselheiro jurídico.

Foi indicado ao cargo de vice-primeiro-ministro em março de 2017, pelo então primeiro-ministro Hassan Ali Khayre. Na função, chefiou o gabinete e presidiu uma série de comitês em nível ministerial, especialmente nos setores econômico e social. Presidiu também as sessões do Mecanismo de Desenvolvimento e Reconstrução da Somália.

Assumiu como primeiro-ministro interino em 25 de julho de 2020, por indicação do presidente da República, após Hassan Ali Khayre ser destituído.

RELAÇÕES BILATERAIS

Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial) permitiram a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que a Somália passou a buscar estreitar laços com o Brasil. Em 2013, a Somália designou enviado especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos Estados Unidos, o qual manifestou desejo de explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação. Esses gestos são, contudo, ainda tímidos e não há registro de visitas oficiais, acordos ou agenda estruturada de cooperação técnica bilateral.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a

importância de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo terrorista Al-Shabaab e à pirataria na costa da Somália, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico do país. Durante a fase final do período de transição somaliano, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre o país.

O governo brasileiro contribuiu com significativa cooperação humanitária. Foi realizada, em 2011 e 2012, doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Apenas em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, correspondentes a mais de US\$ 22 milhões. Em 2012, foram doadas 8.574 toneladas de arroz (US\$ 4,07 milhões). Entre 2010 e 2012, o governo brasileiro contribuiu, ademais, com US\$ 500 mil para atividades do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália e na região do Chifre da África. Foram doados, também, US\$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades de apoio aos refugiados somalianos.

Em julho de 2020, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do novo coronavírus, o Brasil destinou US\$ 50 mil à Somália, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de materiais e equipamentos médicos prioritários no país.

Cooperação bilateral

O governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante na Somália, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalianos. Embora não tenha sido assinado, até o momento, acordo de cooperação técnica entre os dois países, caso surja interesse ou proposição de projeto, a negociação poderá ser iniciada no âmbito do acordo assinado com a União Africana em 2007. O reforço da presença de agências multilaterais na Somália oferece oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por máquinas e automóveis, em 2019. O Brasil também vinha sendo um dos principais exportadores de açúcar para o mercado somaliano nos últimos anos. Em 2019, contudo, houve

queda de 82,8% dessas vendas, o que explica, em grande parte, a retração de 24,5% das exportações totais em relação a 2018. As importações brasileiras da Somália, nos últimos anos concentraram-se na compra de preparações alimentícias, máquinas mecânicas e vestuário e acessórios em 2019. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália.

POLÍTICA INTERNA

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o movimento Dervixe somaliano, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual é um dos símbolos do nacionalismo somaliano. O movimento Dervixe foi derrotado pelos britânicos somente em 1920.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somaliana, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somaliano independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em “compromisso confederativo” voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador. Originalmente, esse projeto nacional buscava criar um estado, a Grande Somália, que unisse os cinco territórios coloniais que abrigavam população etnicamente somali, ou seja, além das Somalilândia Britânica (atual região da Somalilândia), da Somalilândia Italiana (regiões central e sul da atual Somália) e a metade contígua da Somalilândia Francesa (atual Djibuti – a outra metade desse país é etnicamente afar), a região do Ogaden, na Etiópia, e o Nordeste do Quênia. A estrela de cinco pontas que figura na bandeira da Somália representa esses cinco territórios povoados por somalis.

Guerra civil

Em 1991, o governo do general Siad Barre, estabelecido em 1969, foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade desses grupos de formar um governo nacional resultou no colapso do estado somaliano e em prolongada guerra civil.

No norte do país, Somalilândia e Puntlândia, regiões mais estáveis,

tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente, mas não foi reconhecida como estado soberano por nenhum país.

Em 2000, líderes regionais somalianos reunidos em conferência no Djibuti formaram o Governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalianos reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar Governo Federal de Transição (GFT).

União das Cortes Islâmicas (UCI)

Entre 2005 e 2006, no centro-sul, região mais povoada e onde está localizada a capital do país, a União das Cortes Islâmicas (UCI) estabeleceu formação estatal baseada em preceitos jihadistas-salafistas.

Em 2006, temendo a expansão do fundamentalismo islâmico da UCI no Ogaden, a Etiópia, com apoio dos EUA, instalou o Governo Federal de Transição em Mogadíscio. Esse objetivo foi alcançado em dezembro de 2006. Em janeiro de 2007, a União Africana criou a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), composta, no início, exclusivamente por tropas de Uganda, com a missão de garantir o GFT em Mogadíscio e permitir a retirada das tropas etíopes.

Al-Shabaab e AMISOM

Nesse contexto, fortaleceu-se o grupo extremista al-Shabaab. Formado em 2004, o grupo tornou-se a principal organização jihadista da Somália entre 2010 e 2011. O al-Shabaab chegou a controlar a maioria do território e das cidades do país. Em 2012, o al-Shabaab declarou aliança com a rede terrorista Al-Qaeda. Entre 2011 e 2015, o grupo começa trajetória declinante, sob pressão da AMISOM, do governo de transição e seus aliados, perdendo controle de Mogadíscio e de cerca de metade do território do país. O surgimento de dissensões internas, que culminaram nos expurgos de 2013, também contribuíram para o declínio do grupo.

Entre 2015 e 2017, essa situação manteve-se estabilizada. A partir de 2017, o al-Shabaab ganhou novo ímpeto.

A partir de 2018, com o aumento dos ataques de drones pelos EUA e da retomada de operações ofensivas pela AMISOM, em coordenação com as forças nacionais da Somália e dos EUA.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. Em 2017, foram registrados quatro novos casos de sequestro de embarcações, o que não ocorria no país desde 2012. Desde

2017, contudo, não têm sido registrados mais casos de pirataria na região.

Governo Federal da Somália e governo Farmajo

No plano político, registraram-se importantes avanços no processo de construção do estado somaliano. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somaliana teve a oportunidade de passar por renovação institucional. Nesse contexto, em agosto de 2012, foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Importante etapa do processo de normalização institucional ocorreu com a realização de eleições legislativas entre outubro e novembro de 2016 e a eleição para presidente de Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", no início de 2017. O complexo processo eleitoral incluiu eleições indiretas para a formação do legislativo e, posteriormente, para a escolha do presidente da República pelo Parlamento eleito.

A não realização de eleições diretas, como anteriormente aventado, deveu-se, em grande parte, ao temor de que atentados em larga escala fossem realizados nos locais de votação pelo Al-Shabaab. Após série de negociações, foi definido que o modelo das eleições legislativas seguiria a fórmula de equilíbrio de assentos entre os clãs, no caso da Câmara Baixa, e de equilíbrio de assentos entre as províncias federativas e as regiões autônomas da Puntlândia e da Somalilândia, no caso da Câmara Alta. Farmajo, membro da diáspora somaliana, havia exercido a primatura do país no período de 2010-2011, quando contribuiu para consolidar credenciais nacionalistas e enfatizou o combate à corrupção, o pagamento de salários militares e a redução de tensões entre clãs.

O governo do presidente Farmajo logrou também negociar o Pacto de Segurança entre os estados federados e o governo nacional e a Arquitetura Nacional de Segurança, documentos que estabelecem ao arcabouço institucional do setor de segurança e divisão de responsabilidades na área entre o governo federal e os entes federados. Por meio de uma série de reformas legais, logrou também a criação de ambiente mais propício para a iniciativa privada, com vistas tanto à geração local de riqueza como ao aumento da arrecadação, indispensável para o funcionamento do estado. Registre-se ainda a implementação de políticas de inclusão de gênero, que têm resultado em maior participação feminina no parlamento da Somália.

Contexto atual

Diversos desafios continuam a se apresentar à plena estabilização da

Somália. No plano da segurança, o Al-Shabaab, embora tenha perdido território, mantém ainda significativo poder operacional, tanto em combates como em ataques terroristas

Essa conjuntura torna-se particularmente desafiadora no atual contexto de redução progressiva dos contingentes da AMISOM.

Na esfera humanitária, há 2,6 milhões de deslocados internos, além de ser estimado em 5 milhões o número de cidadãos somalis que precisam de assistência humanitária. O país continua vulnerável a eventos climáticos e naturais adversos.

A assistência aos cerca de 900 mil refugiados somalianos espalhados pelos países vizinhos, bem como a perspectiva de sua gradual repatriação, também demandam apoio internacional.

No plano político, há o imperativo de consolidar a estrutura federal do país.

A pandemia do novo coronavírus veio a somar-se a esses desafios, gerando impactos negativos do ponto de vista político, econômico e humanitário.

POLÍTICA EXTERNA

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalianas.

A gradual estabilização somaliana abre o caminho para a expansão da presença internacional no país. Tem-se ampliado o número de países que abriram embaixadas em Mogadíscio, entre os quais estão estados africanos (Etiópia, Quênia, Djibuti, Uganda, Egito, Sudão, etc.), países ocidentais (EUA, Reino Unido e Itália), países do Oriente Médio (Irã, Turquia, Catar, Emirados Árabes Unidos e Iêmen) e a China. Também tem sido observada a aproximação por atores regionais ou extrarregionais das províncias semiautônomas da Somalilândia e Jubalândia, nem sempre por intermédio do Governo Federal da Somália, por motivos econômicos ou estratégicos, o que tem levado, frequentemente, a tensões diplomáticas.

Há crescente interesse dos países do Oriente Médio e do Golfo pela Somália. A Turquia, em particular, destaca-se por vir estreitando sua cooperação com o Governo Federal da Somália. O Catar também mantém boa relação com o governo somaliano.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

A comunidade internacional esteve engajada em uma série de

conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um roteiro para a criação de instituições estatais definitivas na Somália.

A Conferência de Londres (fevereiro de 2012) e a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012) marcaram o início dessa nova fase de engajamento internacional na questão somaliana, ao terem contribuído para as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariado apoio econômico, logístico e militar às operações contra o grupo extremista Al-Shabaab. Com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a II Conferência Internacional sobre a Somália, que buscou angariar recursos financeiros e assistência técnica para apoiar o governo somaliano nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira.

Em setembro de 2013, realizou-se, em Bruxelas, a *Somalia New-Deal Conference*, que resultou em promessas de ajuda econômica. Desde 2014, vem-se realizando o Fórum de Parceria de Alto Nível sobre a Somália, com o objetivo de envolver a comunidade internacional nos desafios políticos, humanitários e institucionais do país.

Em maio de 2017, ocorreu, em Londres, a III Conferência Internacional sobre a Somália, que aprovou a “Nova Parceria para a Somália”, com base no princípio de mútua responsabilidade entre o governo somaliano e a comunidade internacional.

Histórico de ações no âmbito das Nações Unidas

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de quatro meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF (“Unified Task Force”), que recebeu mandato para criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália. Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, autorizou a UNITAF a utilizar-se de “todos os meios necessários” para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras “intervenções humanitárias”, instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Em março de 1995, devido ao assassinato de *rangers* americanos em

cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Tendo em vista a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o CSNU foi levado a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somaliana.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalianas. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UNSOM), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e “assessoria estratégica” nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somaliano. Em 2016, a UNSOM prestou suporte à realização das eleições gerais na Somália.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que autorizou sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

Em dezembro de 2017, teve início a transferência programada de responsabilidades da AMISOM para as forças de segurança da Somália, com o intuito de que, idealmente, estas assumam a liderança até 2021. Essa transferência de responsabilidades tem levado à progressiva redução de contingentes da AMISOM.

Relações com o Chifre da África

O governo somaliano tem-se engajado nas discussões para ampliação da cooperação entre as nações do Chifre da África, iniciadas no contexto da

distensão das relações entre a Etiópia e a Eritreia em julho de 2018.

ECONOMIA

Em 2014, o PIB per capita era de US\$ 435,00. Entre 2018 e 2019, o PIB da Somália cresceu 2,9%, elevando-se de US\$ 12 bilhões para US\$ 12,6 bilhões (FMI).

O setor mais importante da economia somaliana é o da agropecuária, que representava cerca de 60% do PIB em 2014, segundo estimativas. Outros setores importantes são os de companhias de transferência de dinheiro e telecomunicações. Em 2015, cerca de 23% da Receita Nacional Bruta era composta por Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, siga em inglês).

A inflação foi de 3,13% em 2019.

No setor externo, as exportações da Somália somaram US\$ 204 milhões em 2019, e as importações, US\$ 2,4 bilhões (ITC – TRADEMAP). A agropecuária representa cerca de 40% das exportações da Somália. Seus principais produtos são gado, borracha, oleoginosas, peixe, bananas e sucata.

Os principais mercados de destino das exportações somalianas em 2019 foram: Arábia Saudita (40,1%); Índia (10,7%); e Japão (9,6%). As principais origens de importações da Somália foram, no mesmo período: China (30,2%); Índia (25,3%); Turquia (10,1%); Quênia (4,8%); Estados Unidos (4,3%); e Malásia (3,6%) (ITC – TRADEMAP).

Um dos grandes obstáculos da economia somaliana é a sua dívida externa, acumulada durante os anos da Guerra Fria. Até 2018, a dívida alcançava o montante de US\$ 5,2 bilhões e seus credores dividiam-se entre instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Fundo Monetário Árabe (28%); países do Clube de Paris, como EUA, Rússia, Reino Unido, França, Itália e Japão (44%); e países não membros do clube de Paris, como os EAU, Arábia Saudita e China (28%).

Como consequência da dívida, a Somália não pôde recorrer a novos empréstimos internacionais para custear esforços de reconstrução do país. Havendo uma percepção entre os credores de que o governo não teria condições de pagar a dívida e que a manutenção da dívida representa um alto custo social e econômico para o país, a Somália passou a se beneficiar da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) do Clube de Paris, tendo sua dívida reduzida para US\$ 557 milhões em 2018. O FMI concedeu perdão completo da dívida, enquanto o valor perdoado pelo Clube de Paris foi de US\$ 1,4 bilhão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~2000 a.C.	Civilização Punte; estabelecimento de cidades-estados de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Sultanatos e repúblicas (p. ex., Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somaliano. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, ao norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somaliana.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1993	A UNOSOM I é substituída pela UNOSOM II.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.

2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do Governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somaliano.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do governo Transicional; inauguração do Governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente; aprovação de uma constituição provisória; eleição indireta de Hassan Sheikh Mohamud à Presidência. Abdi Farah Shirdon é indicado primeiro-ministro.
Fev/2012	Al-Shabaab declara aliança com a Al-Qaeda.
Dez/2013	Abdiweli Sheikh Ahmed é indicado como novo primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud.
2014	O secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visita Mogadíscio e elogia as forças de paz pelas vitórias obtidas contra o Al-Shabaab.
Out-Nov/2014	O primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed é destituído pelo Parlamento, após discordâncias com o presidente Hassan Sheikh Mohamud em torno de reforma ministerial.
Dez/2014	Omar Abdirashid Ali Sharmarke é indicado como o novo primeiro-ministro.
Jul/2015	É lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo forças somalianas e da AMISOM, que recupera diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália.
Mar/2016	Ocorrem eleições indiretas para governadores de províncias. A coalizão governista obtém vitória na maior parte das províncias.
Jul/2016	O líder do Al-Shabaab Ahmed Diriye reitera aliança do grupo com a Al-Qaeda.

Set/2016	O Al-Shabaab lança ameaça de ataque aos locais de voto das eleições parlamentares que deveriam ocorrer naquele mês, e o calendário eleitoral é adiado.
Out-Nov/2016	Ocorrem eleições para o Parlamento Federal da Somália.
Nov/2016	Conflito armado entre a província autônoma da Puntlândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de Galkayo deixa centenas de mortos e milhares de deslocados.
Fev/2017	Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", é eleito presidente da República para mandato de quatro anos, em eleições indiretas.
Mar/2017	O Parlamento Federal indica Hassan Ali Kheyre, ex-diretor da companhia petrolífera Soma, como novo primeiro-ministro. Piratas realizam primeiro sequestro de grande embarcação na costa do país desde 2012.
Mai/2017	Realização da III Conferência Internacional sobre a Somália, em Londres.
Out/2017	O Al-Shabaab realiza o maior atentado terrorista da história da Somália, em Mogadíscio, que deixa mais de 300 mortos.
Dez/2017	Tem início a redução de contingentes da AMISOM, com vistas à transferência de responsabilidades para as forças de segurança da Somália.
2018	Eclodem confrontos entre as províncias de Puntlândia e da Somalilândia pelo controle da cidade de Tukarak.
2018/jul	Somália e Eritreia decidem restabelecer relações diplomáticas.
Fev/2019	Decisão do governo somaliano de proceder com o leilão de blocos de petróleo na zona marítima disputada com o Quênia eleva a tensão entre os dois vizinhos.
Ago/2019	Ahmed Madobe é reeleito presidente do estado semiautônomo da Jubalândia, em pleito contestado pelo Governo federal da Somália, elevando as tensões políticas.

Mar/2020	Eclodem embates entre combatentes da Jubalândia e de forças do Governo Federal da Somália, com transbordamento para o território do Quênia.
Mai/2020	Julgamento na Corte Internacional de Justiça sobre o diferendo territorial marítimo entre a Somália e o Quênia é adiado para 2021, em função da pandemia do novo coronavírus.
Jun/2020	O Governo Federal da Somália reconhece Ahmed Madobe como presidente do estado da Jubalândia.
Jul/2020	O primeiro-ministro Hassan Ali Khayre é destituído após o Parlamento somaliano adotar moção de desconfiança. Mahdi Mohammed Gulaid "Khadar" é nomeado pelo presidente da República como primeiro-ministro interino.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.
2016/ago	A Embaixada do Brasil em Mogadíscio não residente volta a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.
2020	O Brasil realiza doação de US\$ 50 mil à Somália, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para ajuda no contexto do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no país.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.